

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**LAURA MARIA PAULO DE MELO**

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UMA ANÁLISE  
COM AS ESTUDANTES DAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E  
TECNOLOGIAS E DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL  
CATARINENSE – UNESC**

**CRICIÚMA  
2022**

**LAURA MARIA PAULO DE MELO**

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UMA ANÁLISE  
COM AS ESTUDANTES DAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E  
TECNOLOGIAS E DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL  
CATARINENSE – UNESC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Psicóloga no curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (a) João Luiz Brunél

**CRICIÚMA**

**2022**

**LAURA MARIA PAULO DE MELO**

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UMA ANÁLISE  
COM AS ESTUDANTES DAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E  
TECNOLOGIAS E DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL  
CATARINENSE – UNESC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Psicóloga, no Curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em saúde e processos psicossociais.

Criciúma, 24 de novembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. João Luiz Brunél - Mestre - (UNESC) - Orientador

Prof. Giovana Ilka Jacinto Salvaro - Doutora - (UNESC)

Prof. Jaqueline Marques Muller - Doutoranda - (UNESC)

Dedico o presente trabalho à minha família e pessoas próximas, a quem devo gratidão pelo apoio e suporte durante todo o processo de realização do mesmo.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer à minha família. Nesse momento de grande vulnerabilidade, incertezas, medos e desafios, que é a etapa final de uma graduação, o suporte, seja ele afetivo, emocional, financeiro ou físico, se torna algo indispensável. Ter a certeza que o tenho naqueles que mais amo, fez com que cada dia desse momento se tornasse mais leve e fácil de ser conduzido. Espero um dia poder retornar a cada um, o valor merecido.

“Só percebemos a importância da nossa voz  
quando somos silenciados.”

Malala Yousafzai

## RESUMO

Esse trabalho teve por objetivo principal pesquisar a incidência da violência de gênero no ambiente universitário, mais especificamente, nas áreas das ciências, engenharias e tecnologias e da saúde. Neste trabalho será apresentado um referencial teórico acerca da história da mulher na sociedade, violência de gênero de maneira ampla, violência de gênero dentro do ambiente universitário e o combate à violência. A pesquisa foi realizada com todas as acadêmicas do gênero feminino de cada área, em uma pesquisa de campo do tipo quantitativa, por meio de um questionário online. O trabalho também buscou entender se as vítimas possuem características em comum e quais foram as motivações para a escolha da área que cursam. Os dados obtidos explicitam que a violência ultrapassa limites etários, étnicos, socioeconômicos e intelectuais, podendo assim compreender o fenômeno de uma perspectiva diferente, no contexto da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. A partir disso, então, podendo rever a posição da mesma diante das vítimas e potenciais agressores, pensando assim, em estratégias de redução das violências.

**Palavras-chave:** História da mulher. Violência contra as mulheres. Incidência de violência de gênero no ambiente universitário.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Porcentagem de mulheres e homens matriculados nos cursos da Área da Saúde da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.....	27
Figura 2 – Mulheres que responderam ao questionário sobre violência de gênero dentro do ambiente universitário.....	28
Figura 3 – Mulheres da Área da Saúde da UNESC que já sofreram algum tipo de violência dentro do ambiente universitário.....	28
Figura 4 – Perfil de faixa etária das mulheres que sofreram violência de gênero dentro do ambiente universitário.....	29
Figura 5 – Perfil racial das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário.....	29
Figura 6 – Perfil de nacionalidade das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário.....	30
Figura 7 – Perfil socioeconômico das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário.....	30
Figura 8 – Perfil de orientação sexual das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário.....	31
Figura 9 – Motivação das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário para a escolha do curso.....	31
Figura 10 – Tipos de violências de gênero sofridas no ambiente universitário pelas mulheres que participaram do questionário.....	32
Figura 11 – Situações vividas no ambiente universitário pelas mulheres que responderam ao questionário.....	32
Figura 12 – Autores das violências sofridas pelas mulheres que responderam ao questionário.....	33
Figura 13 – Reações às violências de gênero sofridas no ambiente universitário....	33
Figura 14 – Denúncias sobre as violências de gênero vividas dentro do ambiente universitário.....	34
Figura 15 – Porcentagem de mulheres e homens matriculados nos cursos da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.....	35
Figura 16 – Mulheres que responderam ao questionário sobre violência de gênero dentro do ambiente universitário.....	35



Figura 17 – Mulheres da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias da UNESC que já sofreram algum tipo de violência dentro do ambiente universitário.....	36
Figura 18 – Perfil de faixa etária das mulheres que sofreram violência de gênero dentro do ambiente universitário.....	36
Figura 19 – Perfil racial das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário.....	37
Figura 20 – Perfil de nacionalidade das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário.....	37
Figura 21 – Perfil socioeconômico das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário.....	38
Figura 22 – Perfil de orientação sexual das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário.....	38
Figura 23 – Motivação das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário para a escolha do curso.....	39
Figura 24 – Tipos de violências de gênero sofridas no ambiente universitário pelas mulheres que participaram do questionário.....	39
Figura 25 – Situações vividas no ambiente universitário pelas mulheres que responderam ao questionário.....	40
Figura 26 – Autores das violências sofridas pelas mulheres que responderam ao questionário.....	40
Figura 27 – Reações às violências de gênero sofridas no ambiente universitário.....	41
Figura 28 – Denúncias sobre as violências de gênero vividas dentro do ambiente universitário.....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas matriculadas nos cursos da Área da Saúde da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.....	27
Tabela 2 – Pessoas matriculadas nos cursos da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.....	34

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UBS	Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>13</b>
2.1 HISTÓRIA DA MULHER NA SOCIEDADE .....	13
2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	16
2.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO.....	18
2.4 COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	21
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>25</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	25
3.2 AMOSTRA/POPULAÇÃO .....	26
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>27</b>
4.1 ÁREA DA SAÚDE .....	27
4.2 ÁREA DAS CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS .....	34
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>42</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	42
5.2 MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DA ÁREA DE FORMAÇÃO.....	43
5.3 INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO.....	45
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Compreende-se o termo “Violência contra as mulheres” tendo como base a definição dada na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, ocorrida em Belém do Pará no dia 09 de junho de 1994, deferida no decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1994, que descreve como qualquer ato ou conduta, baseado no gênero, que venha provocar morte, danos físicos, sexuais ou psicológicos às mulheres, na esfera pública ou privada.

Para que haja a completa assimilação do fenômeno “Violência contra as mulheres”, é necessário abranger as questões de gênero; nelas estão inseridas dimensões sociais, políticas e culturais. Pois, em nosso país, a violência existe independente do gênero da vítima, porém as motivações, os locais e os agressores são distintos. Para os homens, a violência ocorre, em sua maioria, em espaços públicos, já com mulheres a realidade é diferente; majoritariamente as violências ocorrem em seu cotidiano. A violência de gênero, violência contra as mulheres, têm raízes histórico-culturais e é normalizada e perpetuada por questões étnico-raciais, econômicas e de geração (BRASIL, 2011).

A saída das mulheres do ambiente exclusivamente doméstico veio através de profissões quase que preestabelecidas pela sociedade. Remetendo ao universo familiar, as mulheres encontraram espaço prioritariamente na área do magistério, onde pode se ligar à educação que davam aos filhos; e na área da enfermagem, com funções de cuidado (MOREIRA, 1999). Segundo Cabral e Bazzo (2005), atualmente no Brasil, apenas 25% dos profissionais das áreas das engenharias e computação, sendo professores ou pesquisadores, são do gênero feminino. Além de ser um ambiente majoritariamente masculino, é cercado por desigualdades, discriminação, diferenças de oportunidades e desprezo. Tendo esses dados como base, se torna possível compreender a motivação da escolha das áreas que participaram da pesquisa.

As violências de gênero estão presentes no cotidiano das mulheres, incluindo o ambiente universitário. Um local, que a priori, deveria ser de educação, socialização, diversão, aprendizado e relaxamento, é apresentado como um solo fértil das diversas violências sofridas pelas mulheres, que vão de desqualificação intelectual ao estupro. Essas violências podem ser cometidas por agressores

externos, mas também pelas pessoas do convívio, como colegas e professores, por exemplo (SCAVONE, 2015).

Uma pesquisa coordenada por Scavone (2015), do Instituto Avon em parceria com o Data Popular trouxe levantamentos e estatísticas palpáveis sobre a realidade da violência de gênero vivida dentro das universidades. A pesquisa mostra que 42% das alunas entrevistadas já sentiram medo de sofrer violência dentro da universidade, 36% delas já deixaram de fazer alguma atividade por medo e 67% já sofreram algum tipo de violência.

O presente estudo tem como principal objetivo pesquisar a incidência da violência de gênero dentro da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; fazendo uma análise da incidência na área das ciências, engenharias e tecnologias, cursos onde encontramos majoritariamente a presença de homens e na área da saúde, onde encontramos a maior participação feminina; e tendo como objetivos principais, investigar a incidência de violência de gênero dentro do ambiente universitário nas áreas citadas, identificar se essas vítimas da violência possuem características em comum e verificar as principais motivações na escolha da sua área de formação.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A seguir será apresentado um referencial teórico acerca do assunto principal do presente trabalho, afim de contextualizar o leitor sobre o território onde serão discutidos os resultados da pesquisa.

### 2.1 HISTÓRIA DAS MULHERES NA SOCIEDADE

“Durante muito tempo, as mulheres permaneceram à sombra da história. Reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, elas não teriam história.” (VASCONCELOS, 2005, p. 1). Segundo o que traz Vasconcelos (2005), a história da mulher na sociedade é recente, podendo ser entendida a partir da segunda metade do século XX; pois, anteriormente, a história exclui a mulher de duas formas diferentes. A primeira das formas era a limitação da mulher no quesito educação, elas eram impossibilitadas de uma educação que as levasse à produção de conhecimento e grandes feitos, ou seja, às mulheres era permitido um certo grau de instrução, desde que as mantivesse em nível abaixo dos homens. E a segunda forma descrita pela autora, era a história positivista que dava visibilidade aos feitos de líderes políticos e militares, afastando mais ainda as mulheres do protagonismo.

A história da sociedade em si, é escrita e contada por homens, para homens. Na visão desses homens, ao longo da história, as mulheres eram vistas com uma ambiguidade. Existiam dois arquétipos que regiam esses pensamentos: Eva, difamando a imagem da mulher, remetendo à força, o perigo, o pecado, regada com ódio e repulsa, a desonra feminina; e Maria, a santa, zelosa e obediente, que despertava o amor e admiração, o ser frágil, vitimizado e submisso (FOLLADOR, 2009).

Como traz Silva *et al* (2005), o papel da mulher no Brasil, desde a colonização, passa funções que vão de degradantes até desumanas. Dentro desses papéis às mulheres atribuídos, elas foram temidas como se fossem a representação de Satã na Terra e também reduzidas à objetos de posse, tendo sua participação e influência na história aniquiladas.

Quando se procura entender o papel da mulher na sociedade, há de se voltar o olhar para os primórdios da existência de

nossa sociedade, dando ênfase à formação do sujeito, seus grupos e classes sociais (SILVA *et al*, 2005, p. 71).

Follador (2009) traz que, como o Brasil foi um país colonizado por europeus, questões culturais deles foram apresentadas como regras, em sua maioria regidas pela igreja, e as exigências sobre as mulheres não foram diferentes. Submissão, recato e docilidade compunham o estereótipo primordial para as mulheres. Conseqüentemente, esse estereótipo e submissão, limitou as mulheres ao ambiente doméstico. A autora também traz a grande vigilância sobre “a honra” das mulheres, a necessidade do resguardo da virgindade e fidelidade. À mulher, cabia uma grande parcela de responsabilidade pela manutenção da honra dos homens da família, quando solteira, a honra em questão era do pai e dos irmãos, e quando casada, a do marido.

Era função da igreja “castrar” a sexualidade feminina, usando como contraponto a ideia do homem superior a qual cabia o exercício da autoridade. Todas as mulheres carregavam o peso do pecado original e, desta forma, deveriam ser vigiadas de perto e por toda a vida. Tal pensamento, crença e “medo” acompanhou e, talvez ainda acompanhe, a evolução e o desenvolvimento feminino (SILVA *et al.*, 2005, p. 72)

Todas as questões trazidas acerca do que se espera e se exige das mulheres no Brasil, desde o período colonial, é de uma perspectiva elitista, pois sempre houve diferentes camadas sociais, e as mulheres pertencentes às camadas mais baixas, gozavam de uma liberdade maior advinda da necessidade de trabalhar. Portanto, elas não se limitavam ao ambiente doméstico, mas elas ainda sim eram vistas com desonra pela sociedade. Então, apesar de todos os modelos e regras, existiam mulheres que não se encaixavam, por diversos motivos, sejam eles socioeconômicos ou pensamentos críticos, sejam por situações passageiras ou permanentes, elas eram acusadas de manchar a honra da família. Em decorrência dessa desonra, era aceito socialmente que elas fossem exemplarmente punidas pelos familiares (FOLLADOR, 2009).

A educação feminina no período colonial era, geralmente, restrita aos cuidados com a casa, marido e filhos. A mulher aprendia a costurar, bordar, cozinhar e, as mais abastadas, a pintar e tocar instrumentos. A leitura e escrita deveriam ser as mínimas possíveis, isso dependendo da rigorosidade do pai, que, em muitas vezes não permitia que as filhas aprendessem



a ler e escrever. A educação era ministrada somente aos homens, e, tanto as mulheres brancas ricas e pobres, quanto as negras, fossem elas escravas, alforriadas ou mestiças, não tinham acesso à instrução (FOLLADOR, 2009, p. 9).

Segundo Follador (2009), durante o século XIX, houve mudanças significativas para as mulheres no âmbito da educação. A elite proporcionou às mulheres acesso a certos graus de instrução, ou seja, a elas eram permitidas aulas nas suas próprias casas, com assuntos que não continham teor de análise crítica ou conteúdos científicos. A autora cita a primeira lei referente à educação feminina, do ano de 1827, a qual permite que as mulheres frequentem escola, porém somente o nível básico, impossibilitando o acesso às instituições de ensino superior. Somente a partir da segunda metade do século XIX foi permitido que as mulheres que já tivessem obtido o ensino primário e secundário, pudessem cursar e exercer o magistério.

Na literatura sobre gênero feminino e trabalho são fartas as referências à separação operada entre esferas pública e privada, durante o desenvolvimento da sociedade. A modernidade matizou tal separação com o colorido dos gêneros e algumas profissões ocupadas pela mulher produziram um terceiro universo de características híbridas (MOREIRA, 1999, p. 57).

A saída das mulheres do ambiente exclusivamente doméstico veio através de profissões quase que preestabelecidas pela sociedade. Remetendo ao universo familiar, as mulheres encontraram espaço prioritariamente na área do magistério, onde puderam se ligar à educação que davam aos filhos; e na área da enfermagem, com funções de cuidado (MOREIRA, 1999). “É como se o hospital, para a enfermagem, ganhasse características de uma grande casa cuja demanda de gestão e organização recaísse sobre a enfermeira: misto de mãe e profissional.” (MOREIRA, 1999, p. 57).

Vasconcelos (2005) traz que nos Estados Unidos houve um movimento pioneiro entre as estudantes universitárias que reivindicaram uma revisão da história tradicional, para que pudesse ser comprovado que as mulheres foram oprimidas e um dos objetivos delas era trazer documentos do movimento feminista para serem analisados e que servissem para estratégias atuais. A movimentação encontrou diversos obstáculos, mas a demanda de trazer uma “história delas” (*herstory*) foi atendida.

Historicamente, as mulheres foram afastadas do círculo criativo e líder de produção científica e tecnológica. Isso limitou sua atuação fora da esfera privada da casa e foi, séculos após séculos, evidenciado pela sua ausência e condução em carreiras como física, química, biologia, matemática, engenharia e computação. Essas áreas desenvolveram-se ao sabor de valores considerados historicamente como masculinos – certeza, eficiência, controle ordem (CABRAL; BAZZO, 2005, p. 4).

Segundo Cabral e Bazzo (2005), atualmente no Brasil, apenas 25% dos profissionais das áreas das engenharias e computação, sendo professores ou pesquisadores, são do gênero feminino. Além de ser um ambiente majoritariamente masculino, é cercado por desigualdades, discriminação, diferenças de oportunidades e desprezo.

## 2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O conceito de violência contra as mulheres é fundamentado na definição atribuída na Convenção de Belém do Pará em 1994, “mulheres” é utilizado na forma plural para abranger as diferenças das categorias, étnicas, sociais, geracionais, econômicas, entre outras. É uma das maiores formas de violação dos direitos humanos, atingindo direitos à vida, à saúde e à integridade física (BRASIL, 2011).

A violência contra as mulheres em todas as suas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc.) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e até mesmo a orientação sexual (BRASIL, 2011, p.11).

É necessário considerar a dimensão de gênero para que seja possível entender o fenômeno da violência contra as mulheres, pois há questões sociais, políticas e culturais que definem as masculinidades e as feminilidades. Há violência com homens e mulheres, porém a violência sofrida pelos homens é majoritariamente sofrida nos espaços públicos, enquanto as das mulheres ocorrem cotidianamente. A violência contra as mulheres, a violência de gênero, possui raízes histórico-culturais e é perpetuada por questões étnico-raciais, de classe e de geração (BRASIL, 2011).

Diferentes espaços de poder para homens e mulheres, nos quais a mulher em geral ocupa lugares de menor empoderamento, de desvalorização e de subalternidade. Não se trata, portanto, de diferenças, mas de desigualdades que são produzidas e reproduzidas em diferentes espaços – no âmbito doméstico, no trabalho, nas religiões, nas profissões, etc. A violência contra as mulheres só pode ser entendida no contexto das relações desiguais de gênero, como forma de reprodução do controle do corpo feminino e das mulheres numa sociedade sexista e patriarcal (BRASIL, 2011, p. 21).

Somente as vivências, as experiências de homens e mulheres ao longo do tempo são fiéis às realidades. Dito isso, o conhecimento histórico não pode ser considerado verdade absoluta, mas pode oferecer uma maneira de compreensão da atualidade e uma contribuição para o entendimento do que é gênero, que segundo essa definição, é uma categoria imposta socialmente à um corpo sexuado (BRASIL, 2011).

Follador (2009) nos traz que as questões de gênero dependem de acordos sociais, são a partir deles que conseguimos definições para os papéis que desempenham cada um dos gêneros. Sendo assim, podem ser alterados dependendo da cultura e do período histórico em que estão sendo analisados. “O gênero pode ser compreendido como uma convenção social, histórica e cultural.” (FOLLADOR, 2009, p. 5).

A categoria gênero se reporta a uma construção social que delimita os papéis desempenhados por cada um dos sexos na sociedade. Não é algo taxativo, que dependa da questão biológica entre os sexos, porque uma pessoa pode ter determinado sexo e adotar para si o gênero “oposto” (FOLLADOR, 2009, p. 4).

Segundo a Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, o conceito de violência é amplo e abrange diversos tipos de violência, como: Violência doméstica, sexual, física, psicológica, patrimonial, moral, institucional, tráfico, exploração sexual, exploração sexual comercial, assédio sexual, assédio moral e cárcere privado (BRASIL, 2011).

É um fenômeno que se dá no nível relacional e societal, requerendo mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento, bem como reconhecimento de que as dimensões de raça/etnia, de geração e de classe contribuem para sua exacerbação (BRASIL, 2011, p. 20).

Segundo Acosta e Barker (2003) a partir dos anos 2000, na cidade de São Paulo, a violência de gênero contra as mulheres superou, em índices de causas de homicídio, a AIDS e as mortes relacionadas ao parto, em mulheres de 10 a 49 anos.

Em uma pesquisa realizada por Acosta e Barker (2003), na cidade do Rio de Janeiro, foi aplicado um questionário a 749 homens, além de discussões em grupos focais, para análise das opiniões dos mesmos; dentro das questões abordadas estavam atitudes relacionadas aos papéis de gênero e o uso de violência contra as mulheres. Estavam presentes nessa pesquisa, homens de 15 a 60 anos de diferentes realidades culturais e socioeconômicas. A pesquisa mostrou que 25,4% dos homens entrevistados relataram já ter usado violência física contra mulheres, 17,2% já praticaram violência sexual e 38,8% assumem ter praticado violência psicológica. Ao todo, segundo os cálculos usados na pesquisa, 51,4% dos homens entrevistados já usaram, pelo menos uma vez, algum tipo de violência contra as mulheres.

Durante as discussões em grupos focais, surgiram algumas questões importantes de serem analisadas. Em geral, os homens entrevistados acreditam que a violência de gênero não é aceita pela sociedade. Eles também pensam que essa realidade não deveria acontecer, mas ocorre porque eles afirmam que os homens perdem o controle (ACOSTA; BARKER, 2003).

### 2.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

A violência contra a mulher no ambiente universitário é um assunto que desperta o interesse de diversas áreas de estudo e de conhecimento, porém, no Brasil, esse tema é pouco pesquisado, discutido e difundido, em função de existirem poucos levantamentos e experiências relatadas sobre o enfrentamento deste problema (MAITO; PANUNCIO-PINTO; SEVERI; VIEIRA, 2019).

A realidade da violência de gênero dentro das universidades, tem tido relevância recente no Brasil. Apesar do aumento significativo da presença de pessoas das camadas socioeconômicas baixas, a partir de cotas e programas do governo, é importante lembrar que predominantemente as camadas médias e altas estão presentes nesse ambiente; reconhecendo-se, assim, que a violência de gênero ultrapassa camadas sociais (D'OLIVEIRA, 2019).

Ao abordar a violência contra a mulher no ambiente universitário, buscamos investigar a percepção e o comportamento dos jovens que estarão em breve na liderança do nosso país, e que representam o futuro mais próximo. Eles precisam enxergar rapidamente a necessidade de transformação cultural, de igualdade de gênero e respeito incondicional (SCAVONE, 2015, p. 2).

Sob coordenação geral de Scavone (2015), o Instituto Avon em parceria com o Data Popular, realizou uma pesquisa com a temática de “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, na qual elencaram seis formas de violência para realizar os levantamentos, foram elas: Assédio sexual (consiste em apelos sexuais indesejados, cantadas ofensivas e abordagem agressiva), coerção (consiste em ingestão forçada de bebida alcoólica e/ou drogas, ser drogada sem conhecimento, ser forçada a participar de atividades degradantes), violência sexual (consiste em estupro, tentativa de abuso quando sob efeito de álcool, ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar veteranos), violência física (consiste em sofrer agressão física), desqualificação intelectual (consiste em desqualificação ou piadas ofensivas, ambas por ser mulher) e agressão moral/psicológica (consiste em humilhação por professores e alunos, ofensa, xingamentos por rejeitar investidas, músicas ofensivas cantadas por torcidas acadêmicas, imagens repassadas sem autorização, rankings de beleza e/ou sexuais sem autorização).

O ambiente universitário, que deveria ser apenas de interação e educação, também é espaço de medo para a mulher. Locais e acessos mal iluminados, falta de segurança, exposição a comportamentos machistas e violência de gênero são fatores determinantes para essa situação. A violência pode vir de criminosos externos, mas não só deles. Colegas e professores, parceiros do cotidiano, podem ser protagonistas de violência que vão de desqualificação intelectual ao estupro (SCAVONE, 2015, p. 4).

Este estudo coordenado por Scavone (2015) traz que, pelo menos, 42% das alunas entrevistadas já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário, 36% delas já deixaram de fazer alguma atividade por medo de sofrer violência, 67% já sofreram algum tipo de violência por parte dos homens, e em contrapartida, apenas 38% dos homens entrevistados reconhecem já ter cometido algum tipo de violência contra mulher no ambiente universitário.

Quando se entra especificamente na violência de gênero quanto à desqualificação intelectual, 62% dos entrevistados, entre homens e mulheres,

conhecem casos que ocorreram. Mas existe uma discrepância grande quando as questões se voltam a nível pessoal, pois 49% das estudantes entrevistadas já sofreram esse tipo de violência, porém somente 19% dos estudantes reconhecem que já cometeram.

As formas de violência de gênero na universidade têm especificidades, com grande presença de assédio moral, ameaças, humilhações e violência sexual. Os cenários também são diversos e incluem trotes, festas, clubes esportivos, salas de aula, viagens de trabalho de campo e repúblicas (D'OLIVEIRA, 2019, p. 2).

Maito *et al* (2019) nos traz que a violência institucional é normalizada e perpetuada porque a maneira com que as universidades enfrentam essas questões na prática jurídica está pautada na cultura sexista, de superioridade masculina. A autora também cita que, em muitas situações que já se tornaram públicas nos últimos tempos, a violência de gênero em ambiente universitário está presente no dia-a-dia das acadêmicas e funcionárias.

Os estudos iniciais têm se concentrado em estudantes e demonstrando as altas taxas, mas há denúncias de casos cometidos por professores de graduação e pós-graduação, geralmente mais difíceis de serem formalizados pela grande diferença de poder e receio da resposta institucional (D'OLIVEIRA, 2019, p. 2).

Essa questão de enfrentamento trazida por Maito *et al* (2019), pautada na cultura sexista de superioridade masculina é comprovada em dados trazidos pelo estudo coordenado de Scavone (2015), segundo o qual mostra o desencorajamento das mulheres; pois, pelo levantamento, 63% delas afirmam não terem reagido quando sofreram a violência. A discrepância de respostas entre homens e mulheres continua quando as questões mudam para o enfrentamento desse problema dentro das universidades, fortalecendo ainda mais a visão anterior. Quando abordado sobre se o tema “Violência contra a mulher” deveria ser incluído nas aulas, como meio de conscientização e orientação, 78% das mulheres concordam e apenas 64% dos homens se mostram a favor. E quando questionados sobre se a faculdade deveria criar meios de punir os responsáveis por cometer violência de gênero dentro da instituição, 95% das mulheres concordam e 88% dos homens compartilham do pensamento.

## 2.4 COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Em 1984 entrou em vigor no Brasil, as normas da Organização das Nações Unidas (ONU) definidas após a realização da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, porém o texto oficial só foi publicado no Diário do Congresso Nacional em 1994.

Relembrando que a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidade da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade (ONU, 1994, p. 1).

A parte I, artigo 1º do documento, considera a expressão “discriminação contra a mulher” toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no gênero e que tenha por objetivo ou resultado prejudicar ou anular direitos básicos.

Convencidos de que a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, o bem-estar do mundo e causa da paz (ONU, 1994, p. 2).

No artigo 5º é explanado o dever do estado de tomar medidas cabíveis para a modificação cultural estrutural de padrões de conduta de homens e mulheres, com o objetivo de acabar com os preconceitos e práticas consuetudinárias, e de qualquer outra índole que sejam pautadas na ideia de inferioridade e subordinação feminina. “Reconhecendo que para alcançar a plena igualdade entre o homem e a mulher é necessário modificar o papel tradicional tanto do homem como da mulher na sociedade e na família.” (ONU, 1994, p. 2).

Na parte III, o artigo 10º aborda como os estados adotarão medidas para eliminar a discriminação, assegurando a igualdade de direitos na esfera da educação, com os mesmos acessos e cuidados, eliminando todo conceito estereotipado dos papéis masculinos e femininos. Assim como o artigo 11º, de certa forma as mesmas premissas, mas na vertente do trabalho, direito à escolha da profissão, igualdade salarial, benefícios e tratamento no ambiente do

trabalho. E para finalizar as citações da ONU (1994), parte IV, artigo 15º, que resume as colocações aqui feitas, onde diz que os Estados reconhecerão à mulher igualdade com o homem perante a lei.

Em 9 de junho de 1994, em Belém do Pará, ocorreu a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. O decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1994, acreditando que a violência de gênero viola os direitos humanos e limita a liberdade das mulheres, constitui ofensa contra a dignidade e é uma manifestação da cultura sexista de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, faz com que seja necessária a eliminação dessa violência, para que as mulheres possam se desenvolver em plenitude e de forma igualitária em todas as esferas sociais.

No capítulo 1, artigo 1º, é explicado que a violência contra a mulher deve ser entendida como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, na esfera pública ou privada. O capítulo 2, artigo 2º, especifica que a violência contra a mulher abrange violência física, sexual e psicológica, ocorrida no ambiente doméstico, na comunidade e cometida por qualquer pessoa, tolerada pelo Estado e seus agentes.

Os artigos 3º, 4º e 6º remetem aos direitos da mulher, que são eles, o direito de ter uma vida livre de violência e discriminação, ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais, pautados na cultura sexista baseada nos conceitos de inferioridade subordinação da mulher. Além dos preceitos básicos dos direitos humanos, que incluem integridade física, mental e moral, direito à liberdade e segurança, igualdade de acessos, oportunidades e participações.

Os deveres do Estado e seus agentes são abordados no capítulo 3, artigos 7º e 8º, em que descreve a ação para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher, além de a longo prazo, modificar padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, com a finalidade de combater preconceitos e costumes baseados na premissa de inferioridade do gênero feminino, ou nos papéis estereotipados que legitimam a violência contra a mulher. Outra questão é de assegurar a pesquisa e coleta de dados estatísticos e informações relevantes sobre violência contra a mulher (causas, consequências, frequência...), a fim de avaliar a eficiência de medidas tomadas.



A Política Nacional para as Mulheres orienta-se pelos princípios fundamentais: Igualdade e respeito à diversidade (mulheres e homens iguais em seus direitos, com respeito às diferenças culturais, étnicas, sociais, econômicas, etc.); Equidade (igualdade de oportunidades); Autonomia das mulheres (poder de decisão sobre suas vidas e corpos, além de poder sobre decisões de comunidade e país); Laicidade do Estado (políticas formuladas e implementadas independente de princípios religiosos); Universalidade das políticas (acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres); Justiça social (redistribuição de recursos e riquezas produzidas pela sociedade e busca de superação da desigualdade social); Transparência dos atos públicos (legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência nos atos públicos); Participação e controle social (participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas) (BRASIL, 2011).

Alunos, professores e funcionários são cidadãos que não estão à parte do contexto e valores culturais estruturais, então a violência de gênero, assim como ocorre no ambiente doméstico, ocorre dentro das universidades. Falta de referências femininas em cargos de poder, piadas com conteúdo misóginos e machistas e o medo internalizados nas mulheres, são reflexos (D'OLIVEIRA, 2019).

A falta de canais confiáveis de acolhimento, denúncia e responsabilização e as experiências anteriores de denúncia com resultado desfavoráveis às vítimas acaba por desincentivar novas denúncias e perpetuar a invisibilidade e banalização do problema. Os inúmeros casos acabam tratados como de menos importância, sendo vistos como algo com o qual temos que conviver, ou então como responsabilidade da vítima, que bebeu demais ou não foi clara o suficiente em sua vontade (D'OLIVEIRA, 2019, p. 3).

Analisando a realidade de violência de gênero dentro da universidade, a Comissão para apurar denúncias de violência contra mulheres e gêneros (2018) da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto, desenvolveu o CAV-Mulheres, um documento que tem como principal objetivo servir de apoio para ações de prevenção e intervenção nos casos de violência de gênero ou discriminação baseadas na orientação sexual. Então, foram criadas as diretrizes gerais para as ações institucionais, levando em consideração a necessidade de se utilizar da perspectiva de gênero para que se consiga fazer a prevenção, proteção e reparação dos casos.

Em suma, a Comissão para apurar denúncias de violência contra mulheres e gêneros (2018), através do CAV-Mulheres e suas diretrizes, nos trazem que a abordagem das vítimas de violência de gênero dentro das universidades deve ser feitas livre de qualquer tipo de estereotipo, preconceito e discriminação (raça, classe social, nacionalidade, entre outros), além da equipe responsável pelo acolhimento ter a capacidade de exercer sua função sem que ocorra a repetição da violência. Outra questão trazida nas diretrizes, é o respeito à confidencialidade e privacidade da vítima, a pessoa que faz o relato da situação de violência merece um tratamento digno e é de responsabilidade da Universidade proporcionar um ambiente apto para tal, com segurança, bem-estar físico e psicológico, intimidade e privacidade.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Para Moresi (2003) pesquisar significa “procurar respostas para indagações propostas”. “É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo.” (MINAYO; DESLANDES; NETO; GOMES, 2002).

Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo (MORESI, 2003, P.8).

Existe uma série de variações de pesquisas, mas elas não são mutuamente exclusivas (MORESI, 2003). Nesse trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, para contextualizar sobre o tema, a pesquisa documental, analisando os documentos pertinentes referentes ao assunto abordado e a pesquisa de campo, para trazer números atualizados de incidência do tema em um determinado local.

Foi utilizado o tipo quantitativo de pesquisa para esse trabalho, que segundo Moresi (2003) converte opiniões e informações em números, para que se torne possível classificar e analisar, requerendo o uso de recursos e de técnicas estatísticas.

Na etapa inicial, da pesquisa bibliográfica, foram utilizados artigos e livros, no idioma português, pesquisados no Google Acadêmico por palavras chave como: “Violência de Gênero”, “Violência contra as mulheres”, “Violência dentro de universidades”, “História da Violência”, etc. Para a pesquisa documental, foram analisadas leis e políticas nacionais publicadas nos sites do governo federal, além de decreto da Organização das Nações Unidas. Posteriormente, para a pesquisa de campo, foi aplicado um questionário, que segundo Moresi (2003), é uma série ordenada de perguntas que devem ser objetivas, limitadas em extensão e ser acompanhada de instruções. Esse questionário foi aplicado via internet, pelo *Google forms*, por meio de uma planilha do *Google drive*, enviado por e-mail, pela coordenadora na área da saúde, para as estudantes, que obtiveram um tempo limite de 32 dias (22/08 a 22/09) para registrarem as suas respostas. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, pelo parecer número: 5.551.866.

### 3.2 POPULAÇÃO/AMOSTRA

Como traz Moresi (2003), a população é o total de pessoas que compartilham de, pelo menos uma, característica em comum. No caso deste estudo, a população são as estudantes do gênero feminino da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Moresi (2003) também traz que a amostra é a porção de pessoas selecionadas para compor o estudo. Neste estudo foram elegidos alguns critérios de participação, que são: Ser estudante da UNESC, ser estudante dos cursos das áreas das ciências, engenharias e tecnologias e da área da saúde e ser do gênero feminino. Os critérios de exclusão são não ser estudante da UNESC, não ser das áreas acima citadas, e não ser o gênero feminino.

O questionário foi enviado para todas as acadêmicas do gênero feminino da área da saúde, 3.381 estudantes dos cursos de biomedicina, enfermagem, farmácia, fisioterapia, medicina, nutrição, odontologia e psicologia. Também foi enviado para todas as acadêmicas do gênero feminino da área das ciências, engenharias e tecnologias, 393 estudantes dos cursos de ciência da computação, design, engenharia ambiental e sanitária, engenharia civil, engenharia de agrimensura e cartográfica, engenharia de matérias, engenharia de produção, engenharia mecânica e engenharia química. Das quais, foi obtido respostas de 185 acadêmicas da área da saúde e 24 da área das ciências, engenharias e tecnologias.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A seguir serão apresentados os dados obtidos através do questionário enviado por e-mail às estudantes. Esses dados serão apresentados em tabelas e gráficos, sendo assim possível analisar de maneira quantitativa. Serão separados em duas sessões, primeiramente os da área da saúde e na sequência os da área das ciências, engenharias e tecnologias.

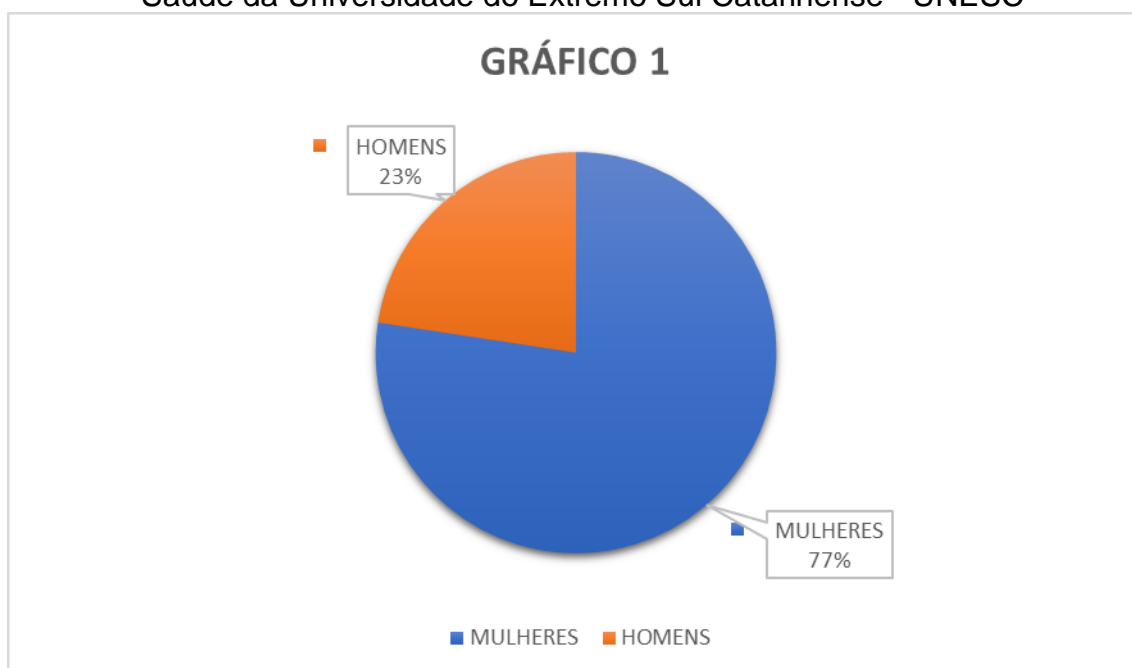
### 4.1 ÁREA DA SAÚDE

Tabela 1 – Pessoas matriculadas nos cursos da Área da Saúde da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

	Quantidade de Indivíduos
Mulheres	3.381
Homens	983
Total	4.364

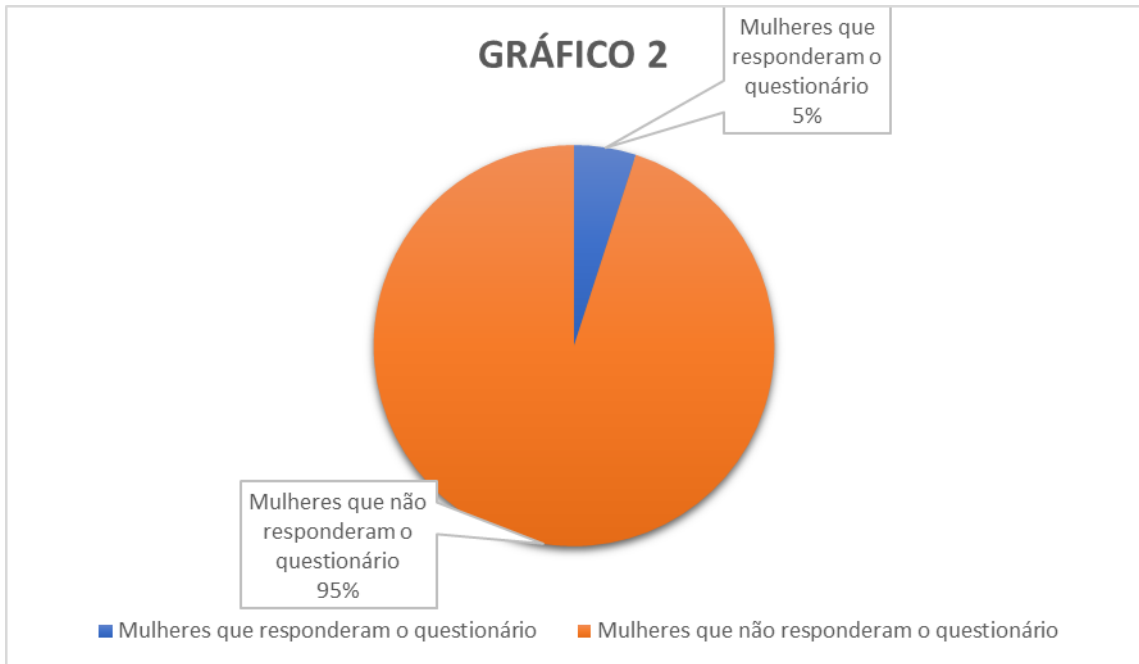
Fonte: Coordenação da Área da Saúde da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC (2022).

Figura 1 – Porcentagem de mulheres e homens matriculados nos cursos da Área da Saúde da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC



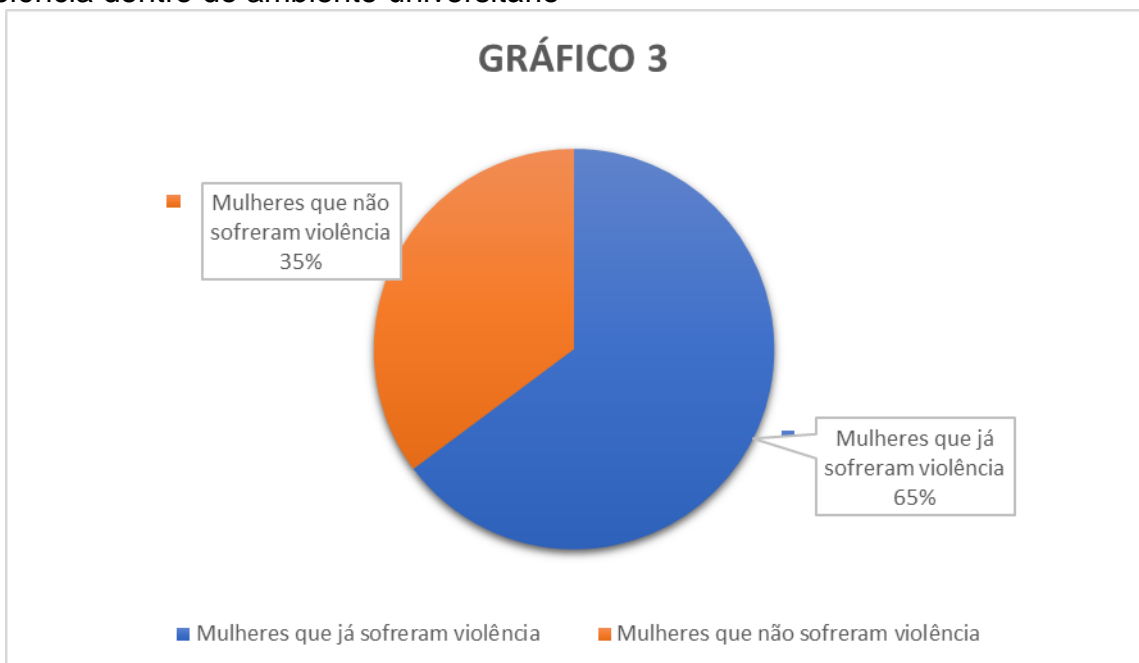
Fonte: Coordenação da Área da Saúde da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (2022).

Figura 2 – Mulheres que responderam ao questionário sobre violência de gênero dentro do ambiente universitário



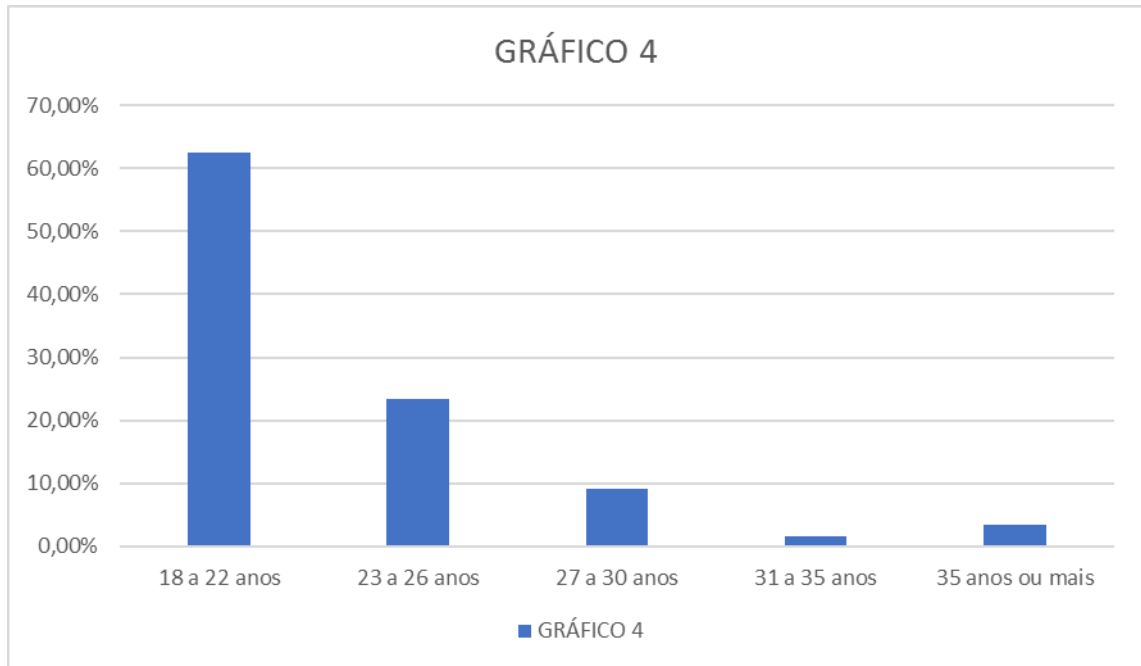
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 3 – Mulheres da Área da Saúde da UNESC que já sofreram algum tipo de violência dentro do ambiente universitário



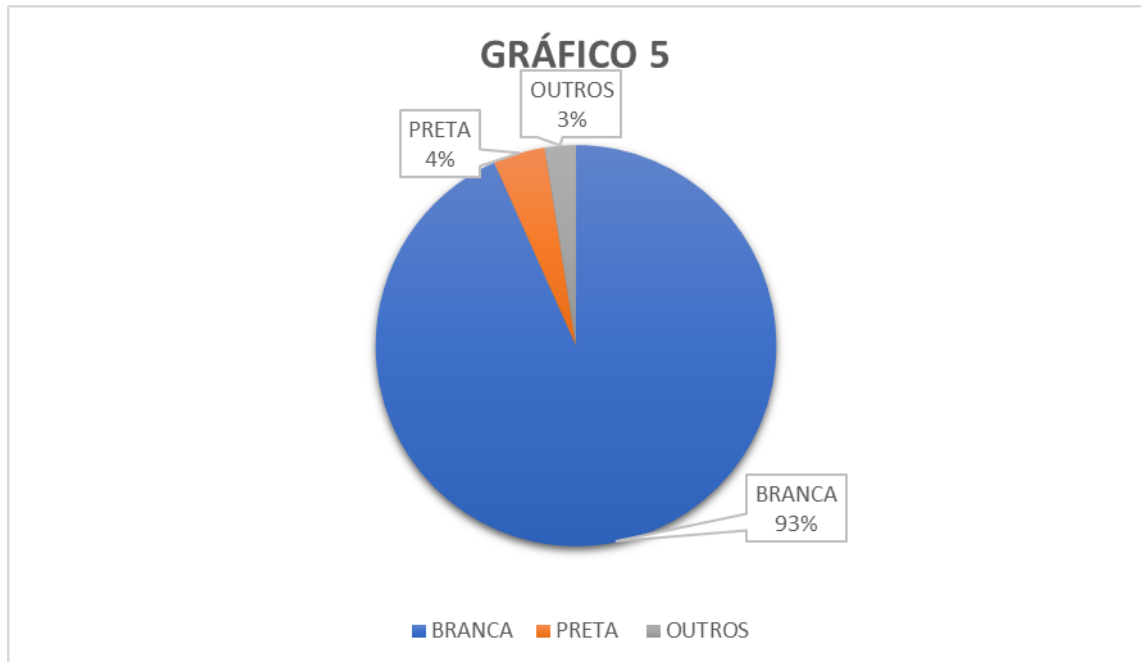
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 4 – Perfil de faixa etária das mulheres que sofreram violência de gênero dentro do ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 5 – Perfil racial das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário



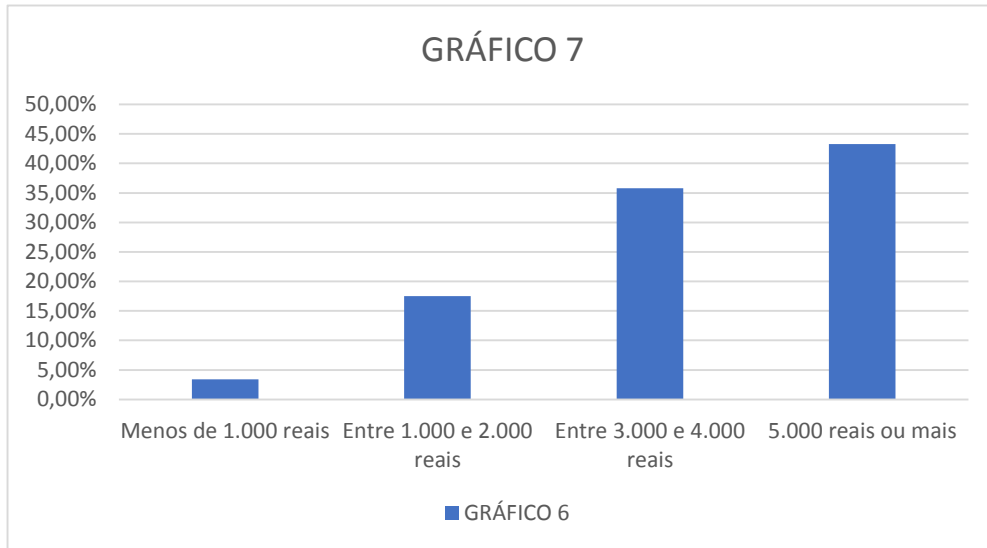
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 6 – Perfil de nacionalidade das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

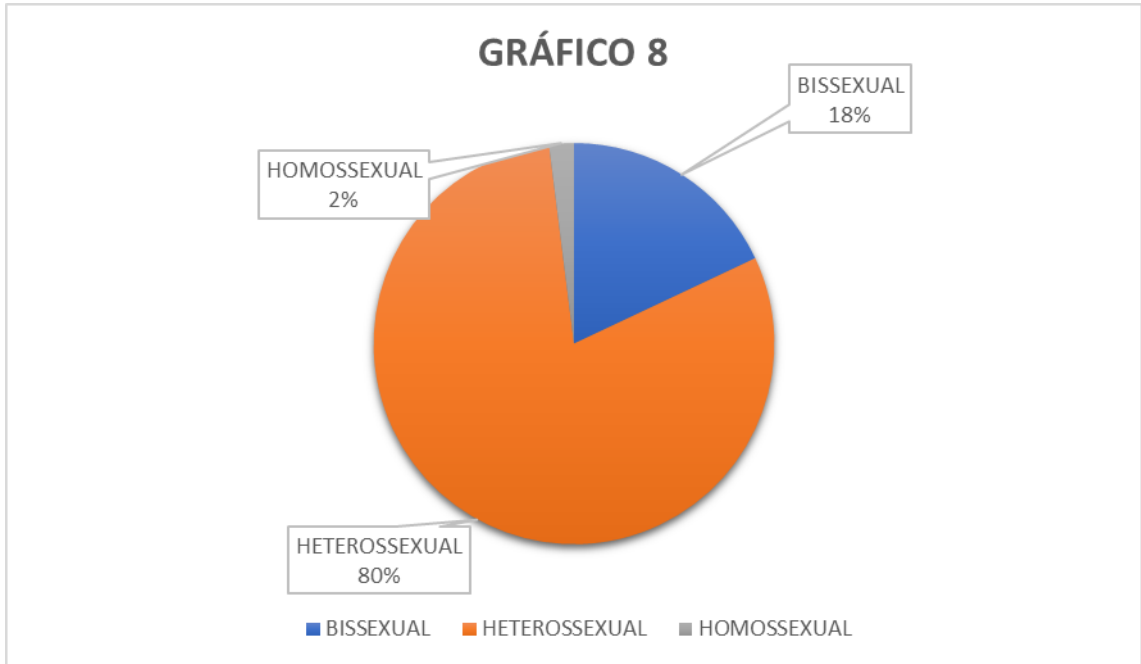
Figura 7 – Perfil socioeconômico das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

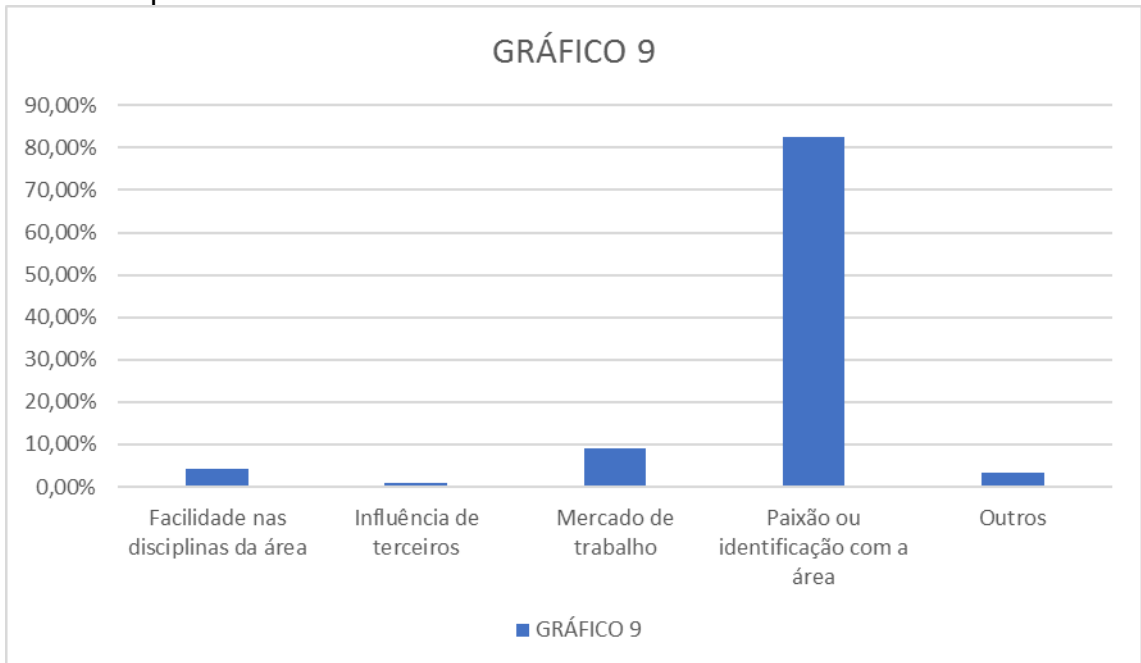


Figura 8 – Perfil de orientação sexual das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário



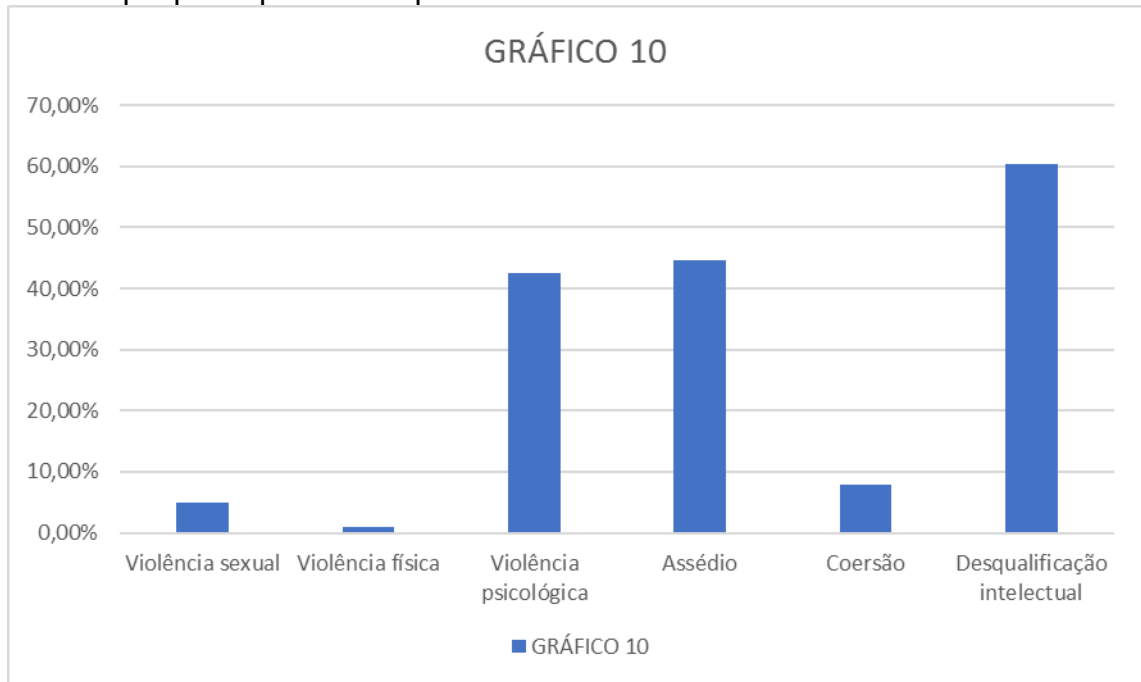
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 9 – Motivação das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário para a escolha do curso



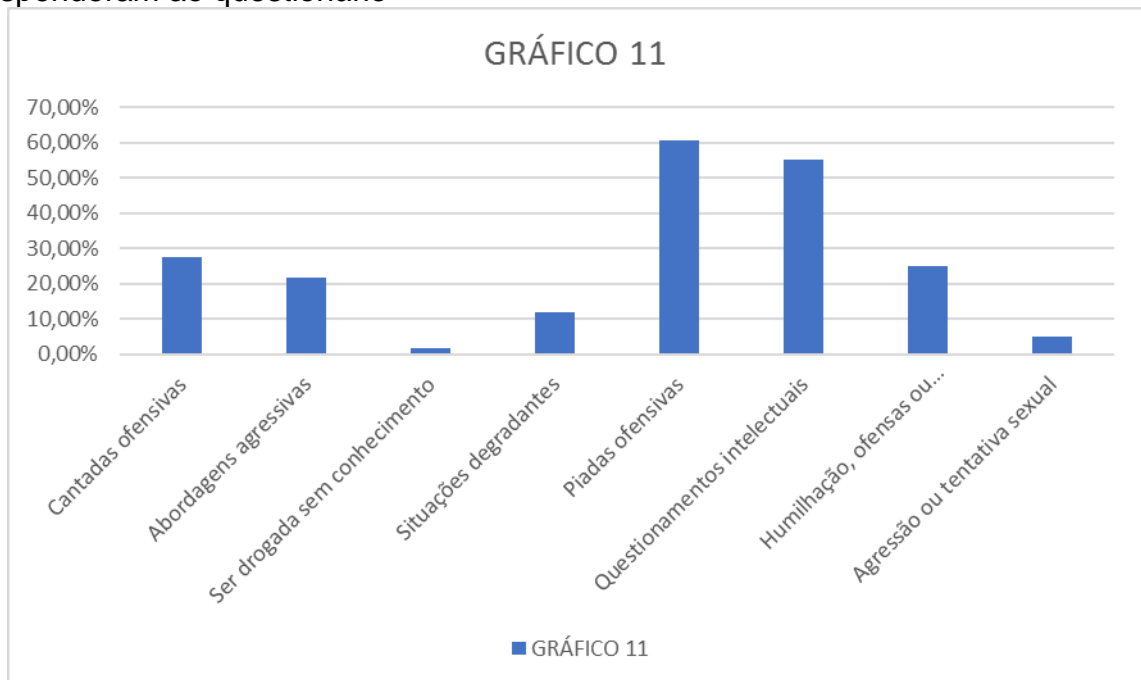
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 10 – Tipos de violências de gênero sofridas no ambiente universitário pelas mulheres que participaram do questionário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 11 – Situações vividas no ambiente universitário pelas mulheres que responderam ao questionário



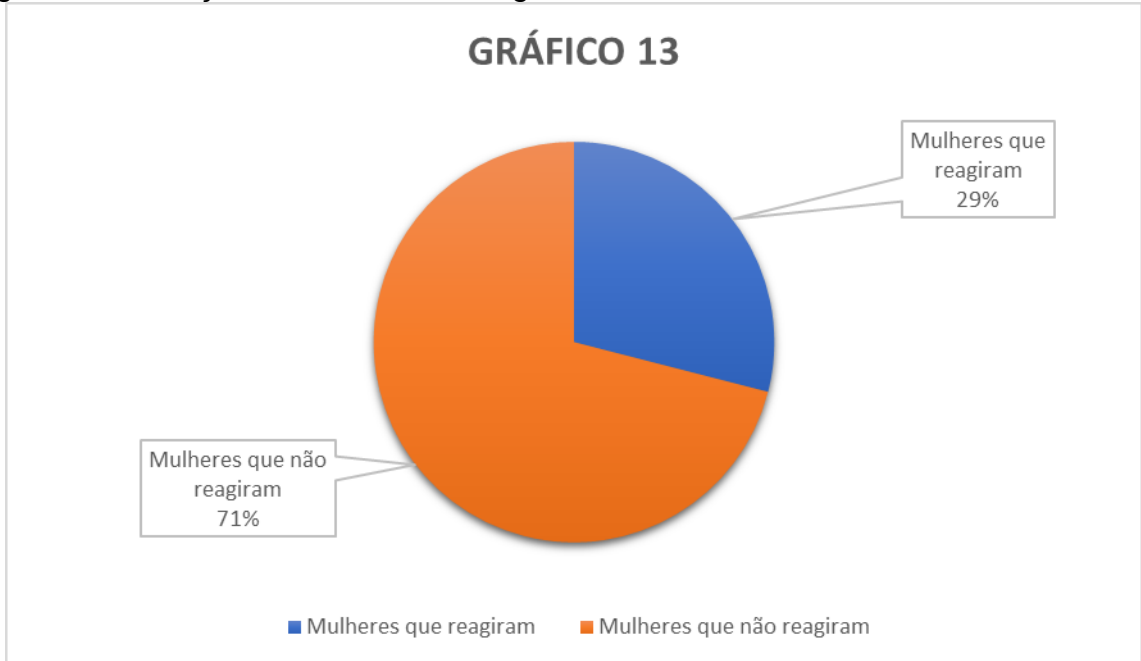
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 12 – Autores das violências sofridas pelas mulheres que responderam ao questionário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 13 – Reações às violências de gênero sofridas no ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

Figura 14 – Denúncias sobre as violências de gênero vividas dentro do ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área da Saúde (2022).

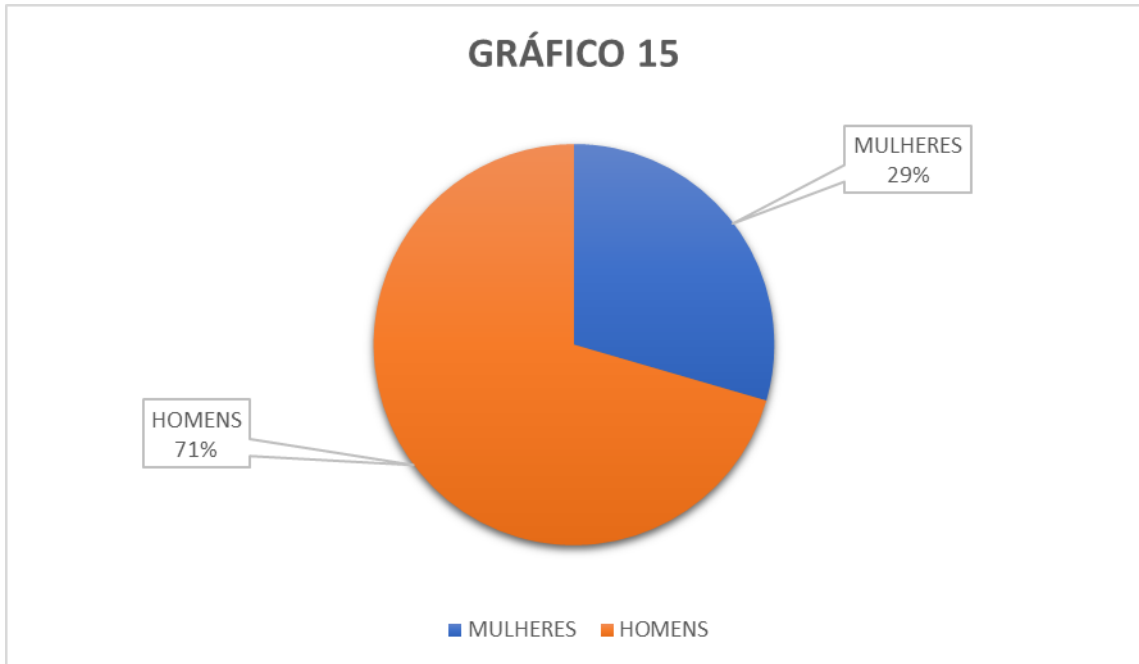
#### 4.2 ÁREA DAS CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS

Tabela 2 – Pessoas matriculadas nos cursos da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

	Quantidade de Indivíduos
Mulheres	393
Homens	937
Total	1.330

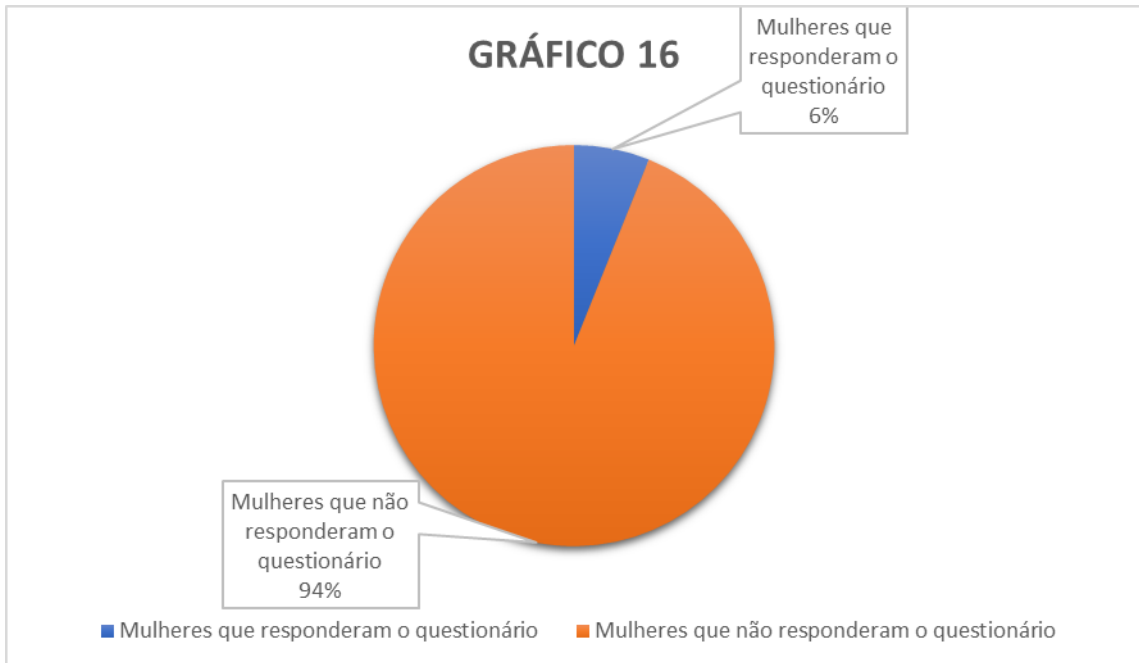
Fonte: Coordenação da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC (2022).

Figura 15 – Porcentagem de mulheres e homens matriculados nos cursos da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC



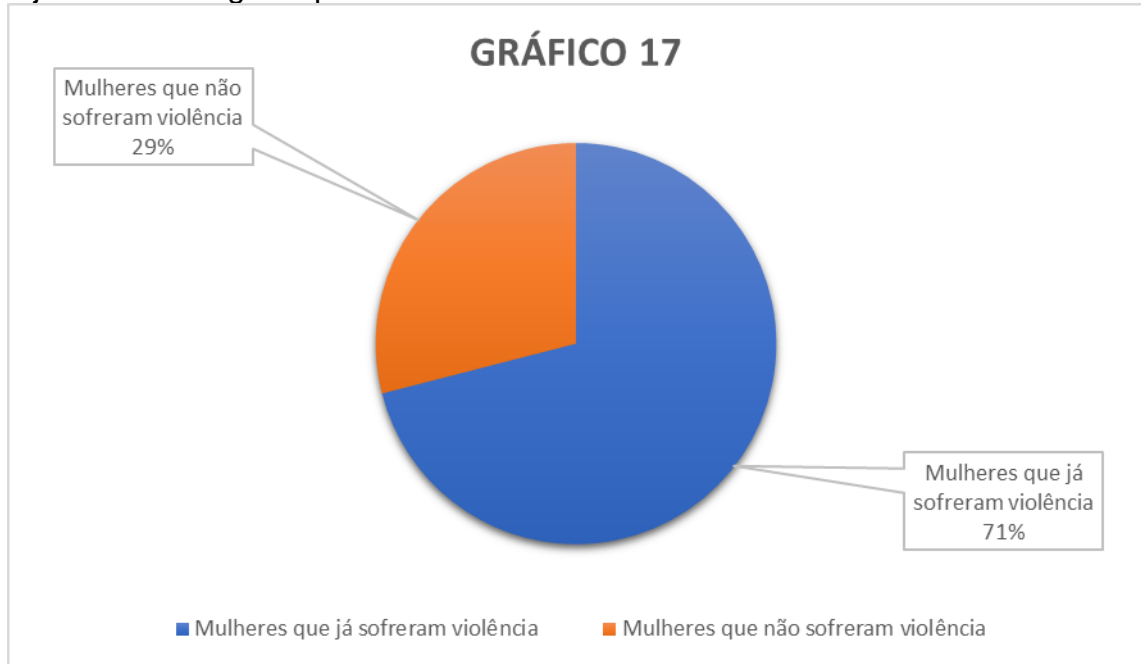
Fonte: Coordenação da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC (2022).

Figura 16 – Mulheres que responderam ao questionário sobre violência de gênero dentro do ambiente universitário



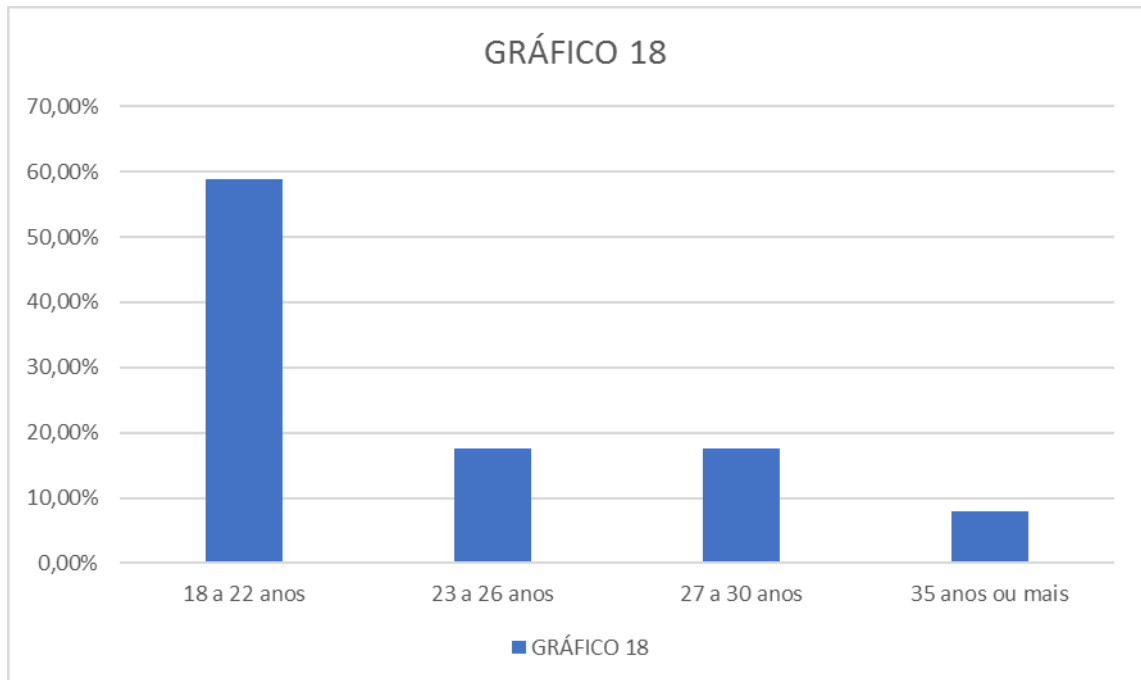
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 17 – Mulheres da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias da UNESC que já sofreram algum tipo de violência dentro do ambiente universitário



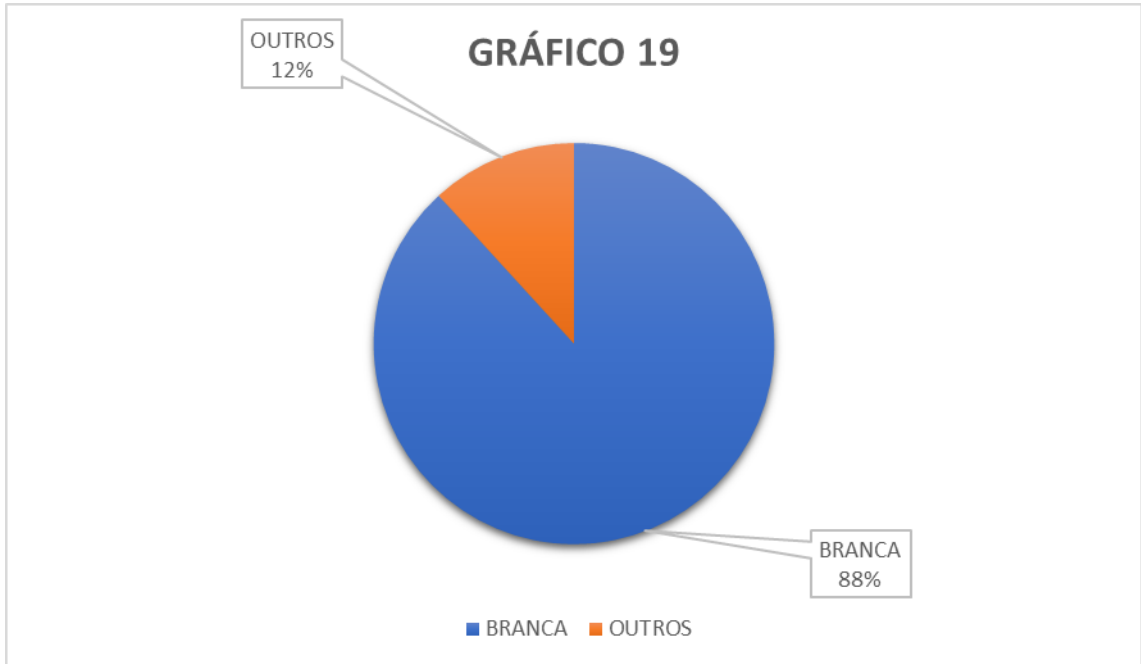
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 18 – Perfil de faixa etária das mulheres que sofreram violência de gênero dentro do ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 19 – Perfil racial das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário



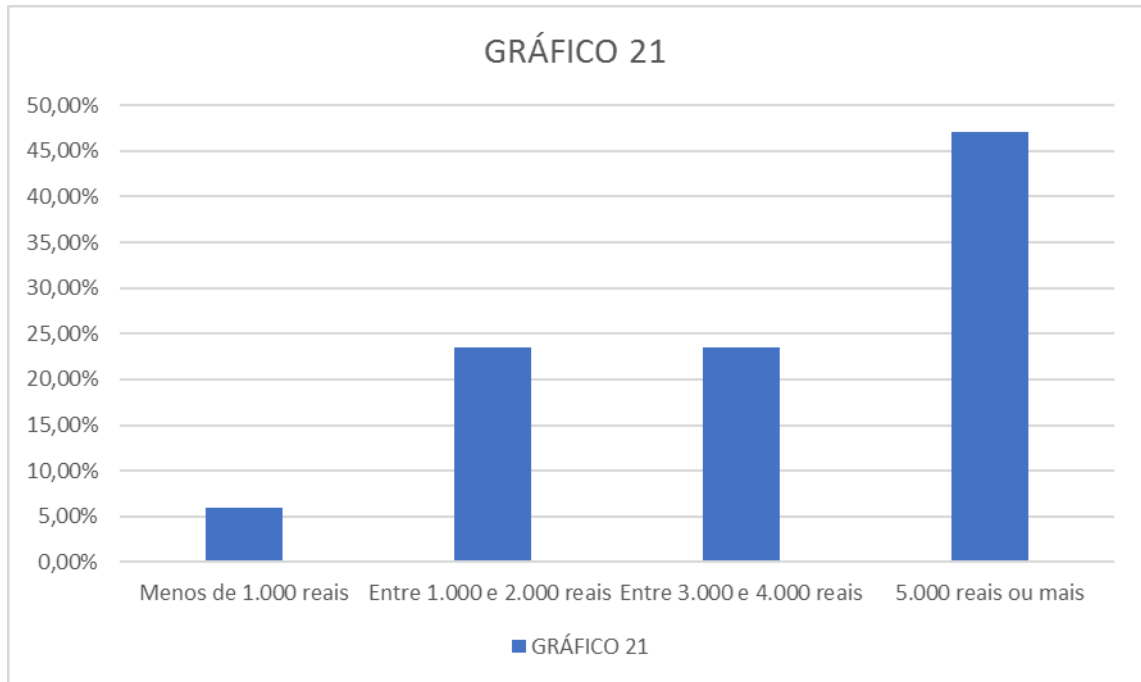
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 20 – Perfil de nacionalidade das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário



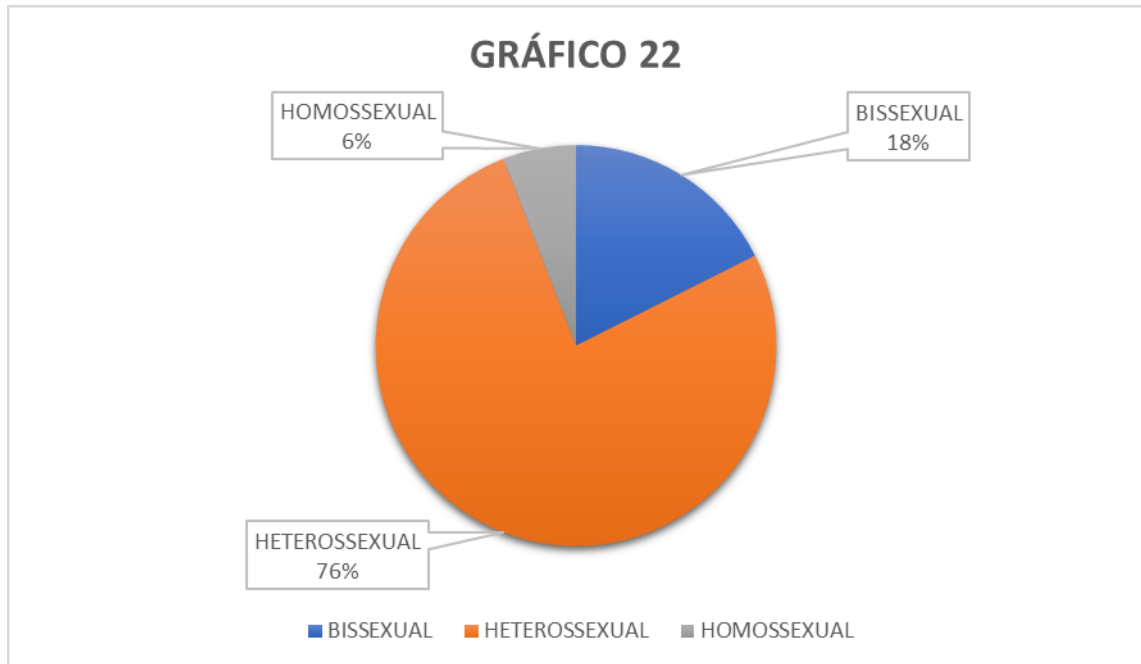
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 21 – Perfil socioeconômico das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

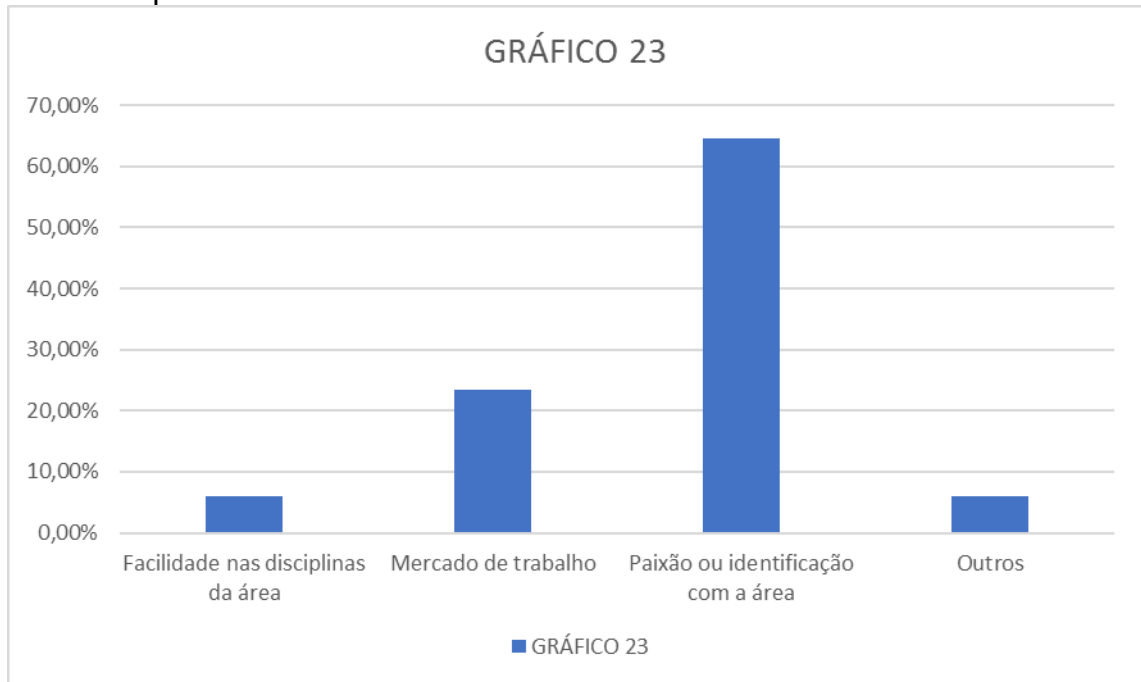
Figura 22 – Perfil de orientação sexual das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

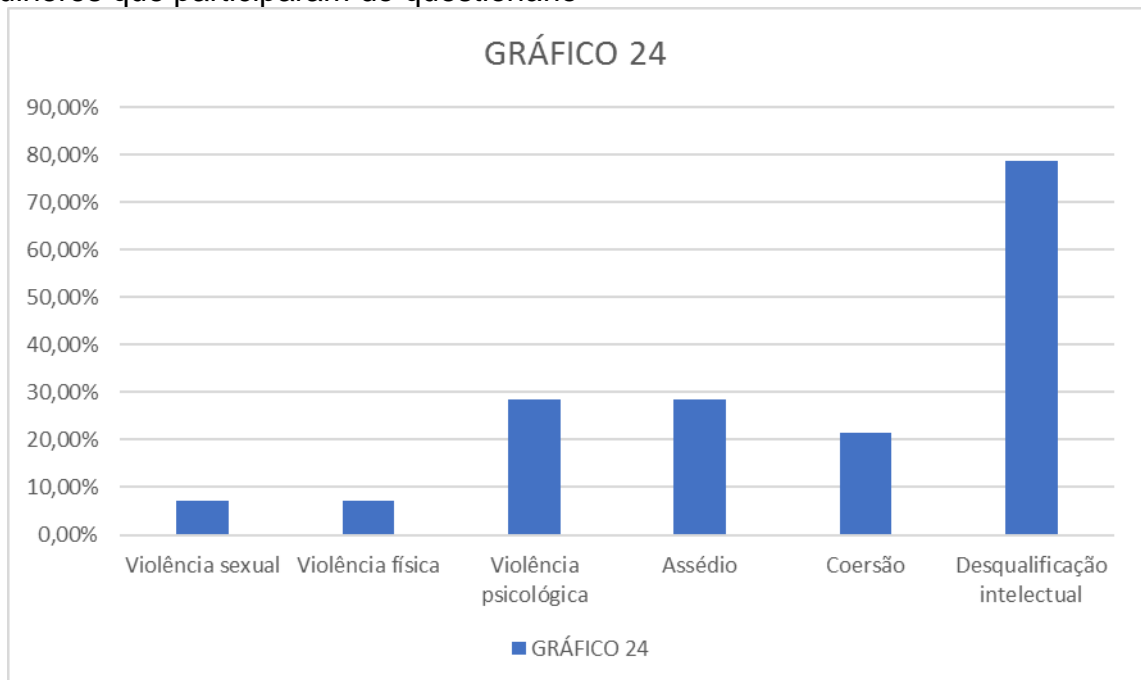


Figura 23 – Motivação das mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente universitário para a escolha do curso



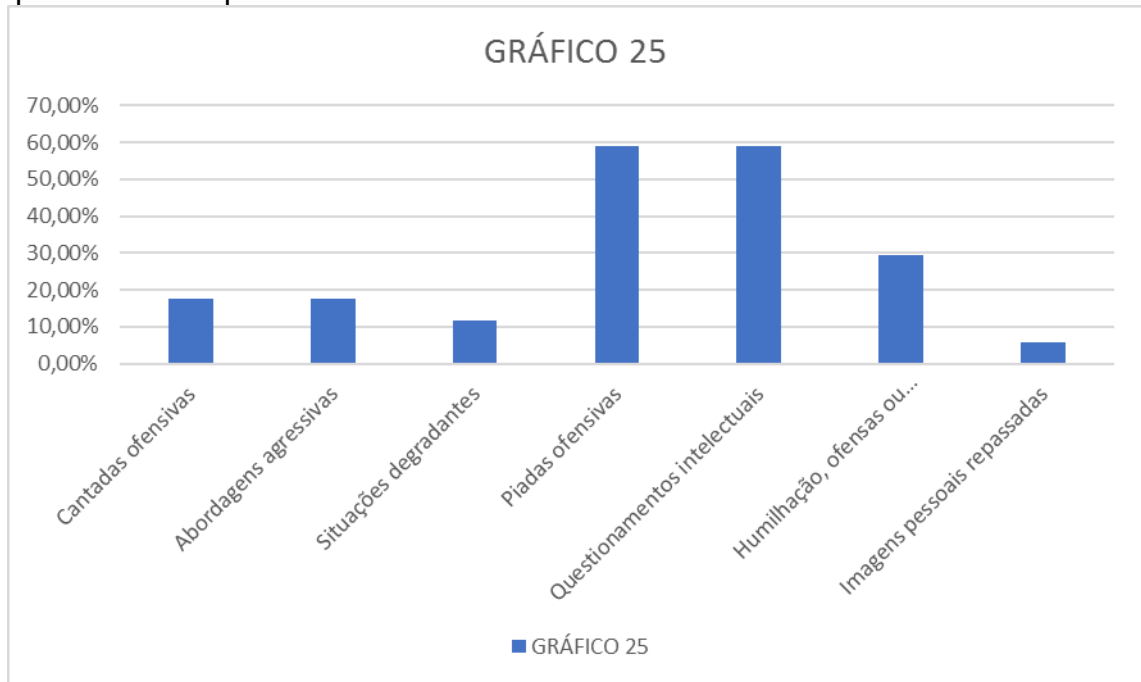
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 24 – Tipos de violências de gênero sofridas no ambiente universitário pelas mulheres que participaram do questionário



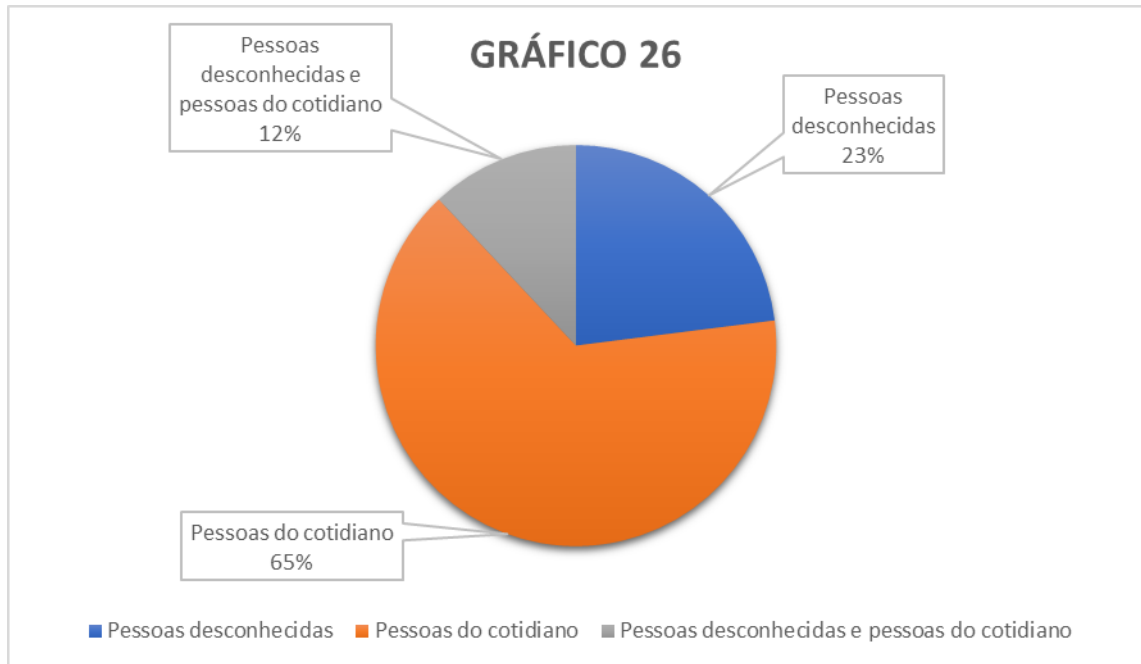
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 25 – Situações vividas no ambiente universitário pelas mulheres que responderam ao questionário



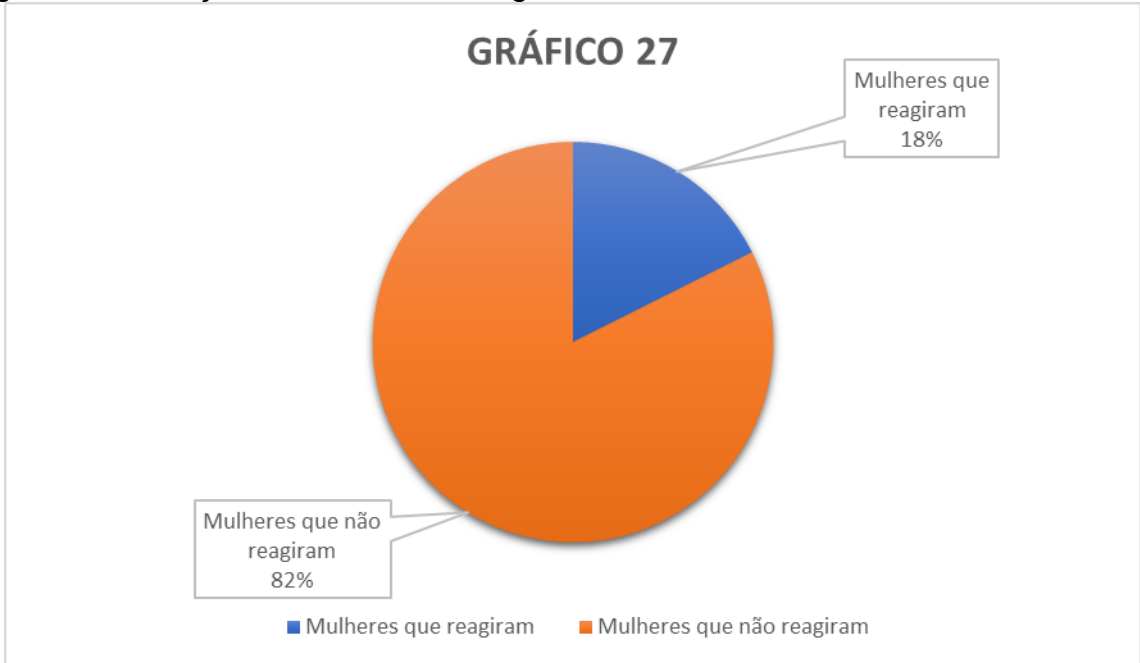
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 26 – Autores das violências sofridas pelas mulheres que responderam ao questionário



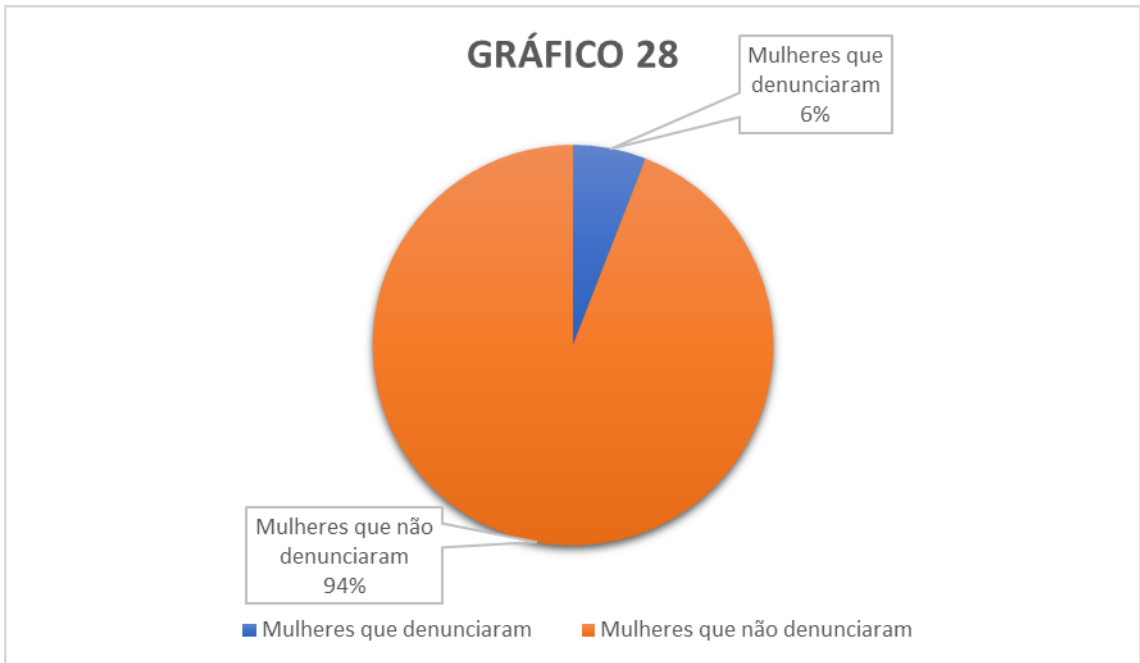
Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 27 – Reações às violências de gênero sofridas no ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

Figura 28 – Denúncias sobre as violências de gênero vividas dentro do ambiente universitário



Fonte: Questionário feito com as estudantes da Área das Ciências, Engenharias e Tecnologias (2022).

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Alisando as figuras 4, 5, 6, 7 e 8 e criando um perfil das estudantes do gênero feminino da área da saúde que sofreram algum tipo de violência dentro do ambiente universitário, foi encontrado: faixa etária entre 18 e 22 anos (62,2%), raça branca (93%), nacionalidade brasileira (100%), nível socioeconômico de uma renda mensal de 5.000 reais ou mais (43,3%) e orientação heterossexual (80%). Na área das ciências, engenharias e tecnologias, analisando as figuras 18, 19, 20, 21 e 22, foram obtidas as mesmas características, porém com índices um pouco diferentes: faixa etária entre 18 e 22 anos (58,9%), raça branca (88%), nacionalidade brasileira (100%), nível socioeconômico de uma renda mensal de 5.000 reais ou mais (47,1%) e orientação heterossexual (76%).

Em um estudo feito em uma UBS em Porto Alegre/RS, que tinha como objetivo caracterizar o perfil da violência de gênero, foram encontrados os seguintes resultados: A média de idade foi de 30 anos, 51% se autodeclaravam pretas, 48% estavam na classe D de nível socioeconômico e 75% tinham renda mensal menor que um salário mínimo (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005).

Em um estudo feito em Eunápolis/BA, por Nascimento, Santos e Santos (2017), que tinha por objetivo traçar um perfil para a mulher que sofre violência de gênero, foi encontrado que 73% das vítimas tinham entre 18 a 37 anos, o que corrobora com os achados do presente trabalho. Sobre nível de escolaridade, no presente trabalho todas estão com nível superior incompleto, pois o estudo é com as estudantes sobre a violência dentro no ambiente universitário, o que pode ser visto como um filtro, já que no estudo de Nascimento, Santos e Santos (2017) apenas 11,1% possuíam ensino superior completo ou incompleto.

Decerto, a escolarização das vítimas tenha potencializado a denúncia, tanto por conta do acesso à informação relativa ao debate de gênero e de direitos, quanto peças-chaves de a mulher (e o homem) ingressas no mundo do trabalho, ampliadas pelo capital educacional (NASCIMENTO; SANTOS; SANTOS, 2017, p. 772).

Tendo como base que o presente estudo é direcionado para o contexto universitário, é possível verificar que esse já é um critério de exclusão que o difere dos estudos encontrados sobre o assunto “Violência de gênero”. Os estudos aqui citados abarcam todas as mulheres vítimas, independente do contexto onde as violências aconteceram, isso faz com que os índices de nível socioeconômicos, como D’Oliveira (2019), traz dizendo que apesar das políticas públicas referentes às cotas trazerem pessoas de classes sociais mais baixas para dentro da universidade, a predominância ainda é de das pessoas com poderes aquisitivos maiores; e raça sejam diferentes. Por exemplo, no estudo de Nascimento, Santos e Santos (2017), as mulheres pretas aparecem aproximadamente cinco vezes mais do que as brancas; no estudo de Krombauer e Meneghel (2005), 51% das vítimas se autodeclarava de raça preta; já nos resultados do presente estudo, em uma área, 93% se autodeclara branca e em outra 88%.

Porém analisando os índices apresentados nos gráficos e tendo como referência um dos objetivos específicos que era a identificação de similaridade nas características das mulheres que sofreram violência de gênero dentro do ambiente universitário, é notório que foi possível encontrar um perfil com grande maioria de incidência. Dadas as devidas proporções de respostas à nível de acadêmicas matriculadas, foi obtido que existem características em comum entre as vítimas.

## 5.2 MOTIVAÇÃO PARA A ESCOLHA DA ÁREA DE FORMAÇÃO

Na área da saúde, observando a tabela 1, existem 3.381 mulheres matriculadas nos cursos e isso corresponde a 77% do total de alunos matriculados (figura 1). A área das ciências, engenharias e tecnologias, tendo como base a tabela 2, possui 393 alunas do gênero feminino matriculadas, o que corresponde a 29% do total de alunos (figura 15). Ou seja, a predominância feminina nos cursos da área da saúde é nítida, enquanto os cursos das áreas das ciências, engenharias e tecnologias são majoritariamente masculinos. Cabral e Bazzo (2005), afirmam, corroborando com o que obtivemos nos resultados, dizendo que atualmente no Brasil, apenas 25% dos profissionais das áreas das engenharias e computação, sendo professores ou pesquisadores, são do gênero feminino. Se tornando assim, um solo fértil para desigualdades e violências.

Falar de igualdade de gênero é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade para caminhar em direção à equidade, à emancipação e ao pertencimento. As mulheres emergem como diferença sociocultural e política e passam a estar presentes, legitimamente, na arena da vida cotidiana, na qual se redefinem com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político, portanto em um novo campo de possibilidades para vencer sua condição de desigualdade (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013, p. 44).

Analisando a figura 9, sobre a motivação para escolha da área do curso das alunas da área da saúde foi encontrado: 4,2% declaram que foi por terem facilidade nas disciplinas na área; 0,8% declaram que foi por influência de terceiros; 9,1% declaram que foi pelo mercado de trabalho; 82,5% declaram que foi a paixão ou identificação com a área e 3,4% não se encaixam nas alternativas e entram na categoria “outros”. Já na área das ciências, engenharias e tecnologias, apresentado no gráfico 23, foi encontrado: 5,9% declaram que foi por terem facilidade nas disciplinas na área; 23,5% declaram que foi pelo mercado de trabalho; 64,7% declaram que foi a paixão ou identificação com a área e 5,9% não se encaixam nas alternativas e entram na categoria “outros”. Ambas as áreas apresentam a motivação “Paixão ou identificação com a área” em porcentagens significativamente maiores.

A inserção das mulheres na ciência, especialmente em determinadas áreas do conhecimento, não depende somente de características individuais das mulheres, mais sim de fatores microestruturais e macroestruturais, de acontecimentos sociais, culturais, históricos, bem como econômicos e políticos (SILVA; RIBEIRO, 2012, p. 188).

Moreira (1999) trouxe evidências e reflexões acerca da escolha das mulheres, visto que foram direcionadas desde a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, para atividades de cuidado. Sendo assim, é possível entender a prevalência atual de mulheres da área da saúde. Silva e Ribeiro (2012) trazem o contraponto, da dificuldade de inserção das mesmas nas áreas da ciência. Cabral e Bazzo (2005) trazem o fato histórico do afastamento das mulheres das áreas de produção científica e tecnológica; podendo, assim, teorizar a pouca proporção de mulheres nos cursos da área das ciências, engenharias e tecnologias.

### 5.3 INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Em um parâmetro internacional, onde foram analisados 35 estudos em 24 países, os números mostram que a porcentagem de mulheres que já foram vítimas de violência de gênero (física ou sexual) está entre 20% e 75% (GIFFIN, 1994). Na pesquisa feita para o presente estudo, os resultados foram próximos ao limite superior do estudo feito por Giffin (1994) citado acima, tendo como base o fato de que 5% (figura 2) das estudantes da área da saúde participaram da pesquisa e 6% (figura 16) das estudantes da área das ciências, engenharias e tecnologias. Como apresentado na figura 3, a porcentagem de estudantes do gênero feminino da área da saúde que sofreram violência de gênero dentro do ambiente universitário é de 65%, já na área de ciências, engenharias e tecnologias, esse número cresce para 71%. O que corrobora com o estudo feito por Scavone (2015), onde evidencia que 67% das estudantes já sofreram algum tipo de violência dentro do ambiente universitário.

Apesar de avanços da seara dos direitos, da disseminação de programas que protegem esses direitos, da mudança da mentalidade e do reconhecimento jurídico nacional e internacional da cidadania das mulheres e demais grupos feminizados em igualdade à dos homens, a realidade evidencia uma expressiva quantidade de casos de violência, que têm se apresentado cada vez mais truculentos e cruéis. Afinal, resistência conservadoras se revelam em centenas de espaços sociais e sob formas variadas contra a efetivação de novas relações entre homens e mulheres. Novamente, confirma-se que a violência de gênero constitui-se em um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral, física e econômica, tanto em nível micro como macrossociológico (ALMEIDA, 2014, p. 330).

No estudo feito por Kronbauer e Meneghel (2005), já citado, em Porto Alegre, foi detectado que 55% das mulheres vítimas de violência de gênero afirmaram sofrer violência psicológica, 38% sofreram violência física e 9% violência sexual. Além de que a maioria das mulheres sofreram mais de um tipo de violência. Já no presente estudo, foram colocados mais tipos de violência, são eles: violência sexual, violência física, violência psicológica, assédio, coerção e desqualificação intelectual. Dentro da área da saúde, como apresentado na figura 10, pode-se perceber que as violências mais recorrentes foram a desqualificação intelectual (60,4%), assédio (44,6%) e violência psicológica (42,6%). Na área das ciências, engenharias e

tecnologias, apresentada na figura 24, percebe-se registros maiores também nesses três tipos, porém a incidência consideravelmente maior na desqualificação intelectual (78,6%), no assédio e na violência psicológica foi obtido o mesmo percentual de incidência (28,6%). É nítida a diferença quando é explicitado que o estudo de Kronbauer e Meneghel (2005) foi feito no sistema de saúde e o presente trabalho no ambiente universitário, afetando tanto a porcentagem de incidência, quanto o tipo de violência. Além de muitas das entrevistadas, corroborando com o estudo de Kronbauer e Meneghel (2005), sofreram mais de um tipo de violência.

Para que fosse possível entender melhor o contexto e a vivência dessas mulheres que sofreram violência de gênero dentro no ambiente universitário, foi questionado sobre situações já vividas pelas mesmas. Na área da saúde, como apresentado na figura 11, a maior porcentagem foi de vivência de piadas ofensivas (60,8%), seguido de questionamentos acerca da sua capacidade intelectual (55%) e cantadas ofensivas (27,5%). Quando analisados os resultados das áreas de ciências, engenharias e tecnologias, presentes na figura 25, observamos empates nas porcentagens, com incidência de 58,8% ficam as piadas ofensivas e questionamentos acerca da capacidade intelectual, seguidos por outro empate entre cantadas ofensivas e abordagens agressivas, ambas com 17,6% de incidência. Comparando as figuras (10 e 24; 11 e 25), das duas áreas onde o questionário foi aplicado, é possível perceber que na área da saúde os tipos de violência e as situações vividas são mais dispersas, mais amplas; já na área das ciências, engenharias e tecnologias, ambas as questões são direcionadas a respostas com índices nitidamente maiores.

A atuação e as reivindicações de militância feminista criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, aliando-se a esforços acadêmicos para dar visibilidade sociológica a essa violência entre os muros universitários, entre os governos e no seio da sociedade civil (ALMEIDA, 2014, p. 329).

Ao tentar explicar os fenômenos causadores da violência de gênero, Bandeira e Almeida (2013) trazem o ponto de vista acadêmico feminista, contendo algumas questões, como: a hegemonia do poder masculino, a condição de subalternidade feminina, os papéis do homem e da mulher na construção social da realidade da violência, a existência invisibilizada das violências nas esferas familiares e sociais,



além da disparidade nas normas e regras sociais dos comportamentos entre os gêneros. A partir disso e analisando as figuras 14 e 28, foi possível entender um dos possíveis motivos dessa invisibilidade da violência, tendo como base o seguinte: na área da saúde, 90% das estudantes não denunciaram as violências que sofreram, enquanto nas áreas de ciências, engenharias e tecnologias, 94% não denunciaram. Esses índices podem ou não ter relação com os números mostrados nas figuras 12 e 26, onde aparece que que 67% dos autores das violências são pessoas do cotidiano das alunas da área da saúde, enquanto isso se repete para as alunas da área de ciências, engenharias e tecnologias com uma porcentagem de 65%.

O empenho de destacadas acadêmicas feministas, que diante da insensibilidade dos governos, do desdém da imprensa, da impunidade das autoridades e dos preconceitos sexistas das sociedades latinas em seu conjunto, tem produzido abundante literatura descritiva e analítica sobre o fenômeno (ALMEIDA, 2014, p. 330).

Ao serem questionadas sobre reações diante das violências, apresentados nas figuras 13 e 27, os resultaram explicitaram mais um possível motivo para a invisibilização das violências, na área da saúde 71% das alunas não reagiram e na área das ciências, engenharias e tecnologias 82% não reagiram aos eventos. “Outro achado foi a invisibilização dos eventos violentos pelas próprias mulheres, que naturalizam, banalizam e relativizam as violências que sofrem, e o que é pior, não as percebem como tal.” (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005, p. 700).

Em um estudo feito no Ceará, entre 2001 e 2002, publicado em 2005, foram encontrados aspectos gerais das vítimas de violência de gênero, segundo o qual abarcavam a violência verbal (psicológica), física e sexual. Nesses resultados, é necessário pontuar que 65% das participantes apresentaram sintomas somáticos, 78% sintomas de ansiedade e insônia, 26% distúrbios sociais, 40% sintomas de depressão e 61% pontuaram acima de oito no questionário de Beck, o que sugere depressão moderada ou grave. Dentre as entrevistadas, 38% pensaram na possibilidade de suicídio (ADEODATO *et al.*, 2005).

As mulheres com maior propensão a apresentar distúrbios psiquiátricos menores relataram maior violência tanto emocional, quando física. Além disso, houve associação entre ideação suicida com episódios de violência psicológica e física. Quanto à fragilidade das mulheres violentadas, observa-se que elas podem sofrer efeitos permanentes em termos de

autoestima e autoimagem, tornar-se menos seguras do seu valor e mais propensas à depressão (KROMBAUER; MENEGHEL, 2005, p. 700).

Sobre a violência sexual, Giffin (1994) afirma que estudos feitos nos Estados Unidos mostram que as consequências físicas, psicológicas e morais podem durar anos, 25% das vítimas continuam apresentando os sintomas pós traumáticos de 4 a 6 anos após o acontecimento.

## 6 CONCLUSÃO

Tendo em vista que o fato de tirar o foco da pesquisa sobre violência de gênero do contexto doméstico e focar no ambiente universitário, o qual é elitista, apesar das políticas públicas atuais estarem mudando gradativamente essa realidade, é colocar um potente filtro no estudo. O presente trabalho então, mostra que a violência de gênero não se limita a faixas etárias, raças, classe socioeconômica e níveis de escolaridade específicos. Muito além disso, a violência de gênero ultrapassa todos os limites, e permeia todas as realidades onde a mulher ocupa espaços.

Entendendo as limitações do presente estudo, sendo elas: as restrições das perguntas online e o assunto delicado a ser abordado, podendo trazer memórias e traumas complicados de lidar; foi possível obter respostas a todos os objetivos traçados no projeto do estudo.

Reconhecendo essa realidade de violência vivida pelas estudantes do gênero feminino da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, e a potência das consequências dessas violências, é necessário buscar entender os reflexos que isso vem tendo. Sendo assim, para as próximas pesquisas sobre o assunto dentro do ambiente universitário, proponho que sejam direcionadas aos efeitos que a realidade encontrada no presente trabalho evidenciou. Utilizando os resultados dessa pesquisa, é possível pensar e planejar palestras de educação e conscientização sobre violência de gênero, para vítimas e potenciais agressores. Além de buscar entender como funciona o acolhimento das vítimas ao decidirem denunciar, transformando-o e melhorando-o cada vez mais, além de um trabalho focado no incentivo da denúncia e investigação e punição dos agressores.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Fernando; BARKER, Gary. **Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil**. Instituto NOOS, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Homens-violencia-de-genero-e-saude-sexual-e-reprodutiva.pdf> Acesso em: 30/05/2022
- ADEODATO, Vanessa; CARVALHO, Racquel; SIQUEIRA, Verônica; SOUZA, Fabio. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev. Saúde Pública**. 39(1), p. 108-113. Ceará, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/kbLB4v3hdrn3fCvDfrKv3Hx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17/10/2022
- ALMEIDA, Tânia. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 29, p. 327-340. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/kgLZC96bvR5L8KmC7SmXZCf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18/10/2022
- BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do Ceam**. Vol. 2, n. 1. Brasília, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075/8901> Acesso em: 18/10/2022
- BRASIL. **Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contras-as-mulheres> Acesso em: 02/05/2022
- CABRAL, Carla; BAZZO, Walter. As mulheres nas escolas de engenharia brasileiras: história, educação e futuro. **Revista de Ensino da Engenharia**, v. 24, n. 1, p. 3-9, 2005. Disponível em: <http://revista.educacao.ws/revista/index.php/abenge/article/view/19/1> Acesso em: 24/05/2022
- Comissão para apurar denúncias de violência contra mulheres e gêneros, Portaria do Conselho Gestor do campus de Ribeirão Preto nº 6. **Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência ou discriminação de gênero ou orientação sexual**. São Paulo/Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.prefeiturarp.usp.br/cav-mulheres/diretrizes-2018.pdf> Acesso em: 02/05/2022
- D'OLIVEIRA, Ana. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Interface: comunicação, saúde, educação. Botucatu**, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2019.v23/e190650/pt/> Acesso em: 30/05/2022

FOLLADOR, Kellen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista Fatos & Versões**, n.2, v.1, p. 3-16. Brasil, 2009. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31446858/REVISTA\\_FATOS\\_E\\_VERSOES\\_-\\_MULHER\\_NO\\_PATRIARCADO\\_BRASILEIRO-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1652907878&Signature=UgO1WxqMLG-l1Wo~5dUW-LHDGtG~lj11Xo8Guz4FbIDyn6M9W4vhaK9rCh6uz6mzE3n7FlyRIhSLTnajln9ShmS52cPpC3a1P7dYEhLYcJ28gyfD~Sd4XPEZvTARYINXFN9RBe3tuZuqggGDWLVFIDHkyGaX9y-8JR9pgso0-U4ZWRV7B2tOABO61sbW5YClDb~z0USu58OdNocWdPuGhV801om0SUdd0tP4vpPNC-iN4EvRo~6dG~dbJEHDgnRK6pO936hc-yN8BII8Jn-N366li7w7GaL9zvq5kVgv1r8CnBiv6mTyyAOVTIz~IUYOt2olRBdRs8oyD5lxt8~w&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31446858/REVISTA_FATOS_E_VERSOES_-_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1652907878&Signature=UgO1WxqMLG-l1Wo~5dUW-LHDGtG~lj11Xo8Guz4FbIDyn6M9W4vhaK9rCh6uz6mzE3n7FlyRIhSLTnajln9ShmS52cPpC3a1P7dYEhLYcJ28gyfD~Sd4XPEZvTARYINXFN9RBe3tuZuqggGDWLVFIDHkyGaX9y-8JR9pgso0-U4ZWRV7B2tOABO61sbW5YClDb~z0USu58OdNocWdPuGhV801om0SUdd0tP4vpPNC-iN4EvRo~6dG~dbJEHDgnRK6pO936hc-yN8BII8Jn-N366li7w7GaL9zvq5kVgv1r8CnBiv6mTyyAOVTIz~IUYOt2olRBdRs8oyD5lxt8~w&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA) Acesso em: 18/05/2022

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cad. Saúde Pública**. 10 (supl. 1), p. 146-155. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: [https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csp/v10s1/v10supl1a10.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v10s1/v10supl1a10.pdf) Acesso em: 18/10/2022

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. Sexta Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 17/05/2022

KRONBAUER, José; MENEGHEL, Stela. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Rev. Saúde Pública**. 39(5), p. 695-701. São Leopoldo/RS, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/v39n5/26287.pdf> Acesso em: 17/10/2022

MAITO, Deíse; PANÚNCIO-PINTO, Maria; SEVERI, Fabiana; VIEIRA, Elisabeth. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface: comunicação, saúde, educação**. Debates: Violência de gênero na universidade. Botucatu/SP, Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2019.v23/e180653/> Acesso em: 02/05/2022

MINAYO, Maria; *et al.* **Teoria, método e criatividade**. Pesquisa Social, 21ª edição. Petrópolis, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> Acesso em: 17/05/2022

MOREIRA, Martha. Imagens do espelho de vênus: mulher, enfermagem e modernidade. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, vol. 7, n. 1, p. 55-65. Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6344> Acesso em: 24/05/2022

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília – UCB. Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PRPG Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu. Brasília – DF/Brasil, marco/2003. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34909124/MetodologiaPesquisa-Moresi2003-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1652212265&Signature=QFLsLUmcotYhdlxz3YGQcUM6wHLcTEhU>

[QGL1cWiqzHJcl9U5npY9vQEY3VTYpVPod~JTlj7bRws8Fn4oz5mG5V9CriouGqhZZtu0sm9FZgfg0wOdA0W8cRopYESL1qSLBOHUJ0T7QsX-gcLA5EaULrJOP5aSVWNf3Z2LGKiiX8WcTb32ZTD8fGD1d~KxAIJNOguuG8abDkJJ19k4DiyHMpW5nk4PXpFEdeEO-flSwEBy9h-VFoX023-vQlvqTKjfGvo~6OR8nGAoeFfcKyqp2357GZfmdx~z7yZ3xMHmkfxApEvj4Pc~HYuLLRCvxny2qncuBbx4pRX0hG1cBCgr0CQ\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://www.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6873/6673) Acesso em: 10/05/2022

NASCIMENTO, Flaviane; SANTOS, Ivanildo; SANTOS, Marco. Perfil de mulheres vítimas de violência de gênero – Eunápolis-BA, 2013. XII colóquio nacional e V colóquio internacional do museu pedagógico. Bahia, 2017 Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6873/6673> Acesso em: 24/10/2022

OEA. Organização dos Estados Americanos. Convenção Interamericana Para Prevenir Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Convenção do Belém do Pará, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm> Acesso em: 02/05/2022

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.** 1994. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw1.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf) Acesso em: 02/05/2022

SCAVONE, Miriam. Violência contra a mulher no ambiente universitário. **Pesquisa Instituto Avon/Data Popular.** São Paulo/Brasil, 2015. Disponível em: [https://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon\\_V9\\_FINAL\\_Bx20151.pdf](https://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf) Acesso em: 02/05/2022

SILVA, Fabiane; RIBEIRO, Paula. A inserção das mulheres na ciência: narrativas de mulheres cientistas sobre a escolha profissional. **Linhas Críticas.** Vol. 18, nº 35, p. 171-191. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193523804011.pdf> Acesso em: 24/10/2022

SILVA, Glauce; *et al.* A mulher e sua posição na sociedade – da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, v.8, n.2, Rio de Janeiro, dez. 2005 Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582005000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006) Acesso em: 18/05/2022

VASCONCELOS, Tânia. A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica. **Revista Ártemis**, n.3. Brasil, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2208/1947> Acesso em: 18/05/2022

## **APÊNDICES**

**APÊDICE 1 – QUESTIONÁRIO**

Questionário: “A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UMA ANÁLISE COM AS ESTUDANTES DO GÊNERO FEMININO DAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS E DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC”

1. De qual área é o seu curso?

- Área da saúde
- Área das ciências, engenharias e tecnologias

2. Qual a sua faixa etária?

- 18 – 22 anos
- 23 – 26 anos
- 27 – 30 anos
- 31 – 35 anos
- 35 anos ou mais

3. Qual sua etnia?

- preta
- branca
- indígena
- outros

4. Qual a sua nacionalidade?

- Brasileira
- Outras

5. Qual a média da sua renda familiar mensal?

- menos de 1.000 reais
- 1.000 – 2.000 reais
- 3.000 – 4.000 reais
- 5.000 reais ou mais



6.Qual sua orientação sexual?

- heterossexual
- homossexual
- bissexual
- assexual
- pansexual
- outros

7.Qual sua principal motivação para a escolha do curso?

- mercado de trabalho
- paixão ou identificação com a área
- falta de opções
- facilidade nas disciplinas da área
- status da profissão
- influência de terceiros
- outros

8.Em sua vivência acadêmica, já sofreu algum tipo de violência? Qual?

- Violência Sexual
- Violência Física
- Violência Psicológica
- Assédio
- Coerção
- Desqualificação Intelectual

9.Alguma das situações seguintes já aconteceu com você no ambiente universitário?

- Cantadas ofensivas
- Abordagens agressivas
- Ser drogada sem conhecimento
- Ser forçada a situações degradantes
- Piadas ofensivas
- Questionamentos acerca da sua capacidade intelectual
- Humilhação, ofensas ou xingamentos
- Imagens pessoais repassadas sem autorização

- Agressões físicas
- Agressão ou tentativa sexual

10. Os autores das violências são:

- Pessoas desconhecidas
- Pessoas do seu cotidiano

11. Você reagiu à alguma dessas situações?

- Sim
- Não

12. Você denunciou ou comunicou superiores acerca dos acontecimentos?

- Sim
- Não